

SOC 41



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM)

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

TRABALHO DE LICENCIATURA

**DINÂMICAS INTERACTIVAS EM PROJECTOS DE
MANEIO COMUNITÁRIO: O CASO DE GOBA
(2000-2005)**

*Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane*

Autor:

Abel Gabriel Mavanga

Supervisor:

Dr. Filimone Meigos

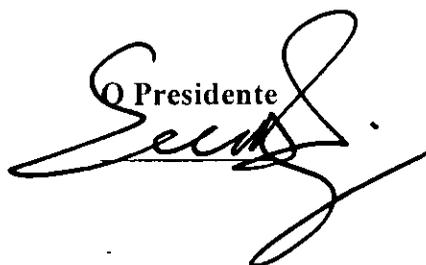
Maputo, Junho de 2007

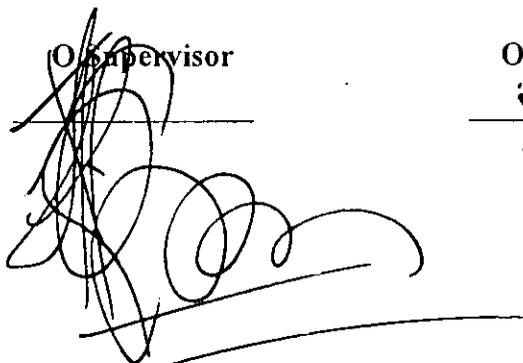
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

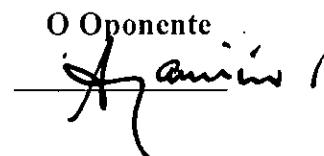
DINÂMICAS INTERACTIVAS EM PROJECTOS DE MANEIO COMUNITÁRIO
- O CASO DE GOBA (2000 – 2005)

Autor: Abel Gabriel Mavanga

Supervisor: Dr. Filimone Meigos

O Presidente


O Supervisor


O Oponente


Maputo, Junho de 2007

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério da Agricultura (DNFFB), pela sugestão para que realizasse este estudo e pelo apoio em transporte até a Localidade de Goba.

Ao meu Supervisor Dr. Filimone Meigos, pelo tempo disponibilizado, pelas inestimáveis ideias e sugestões, pela forma eloquente com que soube acompanhar-me desde o início até ao fim do trabalho.

Aos meus colegas de turma, Nhafuma, Macaba, Travassos, Macuacua, Mavie, pelo apoio que me prestaram ao longo da minha formação.

Ao Secretário do Conselho Executivo de Goba, Sr. Manhiça, pelas importantes informações que me concedeu em relação ao projecto de MCRN.

Ao Régulo de Goba, Sr. Mazie, pela sua receptibilidade e importantes informações concedidas.

A toda a população de Goba, que carinhosamente me recebeu disponibilizando-se para responder as minhas questões.

Aos meus irmãos, Agostinho, Bernardo, Gil, Olga, Boaventura e Isabel, pelo seu aconselhamento e encorajamento, para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia.

A todos que se dignaram a conceder-me apoios ao longo da minha formação, a eles dedico uma enorme amizade.

DEDICATÓRIA

À minha esposa Sandra Chiziane, aos meus filhos Bruno, Tatiana, Bethy, Íris, a minha eterna homenagem pelos sacrifícios consentidos durante a minha formação.

Aos meus pais, Gabriel Mavanga e Irene Mazivila, pelo apoio moral que deles recebi.

DECLARAÇÃO

Declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado na sua essência, para a obtenção de nenhum grau académico. Os dados aqui apresentados e os resultados, decorrem da análise obtida ao longo da pesquisa e as fontes usadas estão claramente mencionadas na lista bibliográfica.

Abel Gabriel Mavanga

Maputo, Junho de 2007

LISTA DE ABREVIATURAS

ADAP – Associação para o desenvolvimento das áreas protegidas

ARPAC – Instituto de Investigação Sócio Cultural

CEI – Conferência Episcopal Italiana

CGRN - Comité de Gestão de Recursos Naturais

DDA – Direcção Distrital da Agricultura

DPA – Direcção Provincial de Agricultura

DNFFB – Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

FAO – Food and Agriculture Organization

GCRN – Gestão Comunitária dos Recursos Naturais

GD – Grupo Dinamizador

MCRN – Maneio Comunitário de Recursos Naturais

MINAG – Ministério da Agricultura

ONG – Organização Não Governamental

PNUMA – Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente

SPFFB – Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UMC – Unidade Técnica de Apoio ao Maneio Comunitário

UICN – União Mundial para a Conservação da Natureza

UNCED – Conferência da Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento

LISTA DE TABELAS

Tabela	Descrição
Tabela 1	População da Localidade de Goba por Género
Tabela 2	Tipos de Vegetação em Goba
Tabela 3	Principais zonas de Maneio
Tabela 3	Objectivos de Desenvolvimento nos diferentes bairros de Goba

LISTA DE ANEXOS

Anexos	Descrição
Anexo 1	Tabela 2: Tipos de Vegetação em Goba
Anexo 2	Tabela 3: Principais zonas de Maneio
Anexo 3	Tabela 4: Objectivos de Desenvolvimento nos diferentes bairros de Goba
Anexo 4	Mapa de Zoneamento participativo da Terra de Goba
Anexo 5	Mapa de Zoneamento Florestal de Goba
Anexo 6	Guião de Entrevista 1: Entrevista a Informantes Chaves e Comunidade
Anexo 7	Guião de Entrevista 2: Coordenadores do Projecto e DNFFB

RESUMO

O presente trabalho de fim de curso tem como objectivos:

- Descrever a importância da interacção social na gestão sustentável dos recursos naturais;
- Descrever os mecanismos de interacção adoptados pelos diversos intervenientes no projecto de MCRN em Goba;
- Descrever e analisar os tipos de participação comunitária usados em Goba, tendo em conta o seu impacto na gestão sustentável dos recursos florestais.

A recolha de dados foi feita na localidade de Goba, no Distrito de Namaacha através de entrevistas semi-estruturadas e observação directa. Posteriormente, fez-se a análise e interpretação dos dados recolhidos e sua confrontação com as fontes bibliográficas privilegiando-se a análise qualitativa dos mesmos.

Os dados recolhidos permitiram compreender que o projecto de Maneio Comunitário em Goba funciona deficientemente porque deficiente também se afigura a interacção entre os actores envolvidos no empreendimento. Conseqüentemente, o projecto não responde aos fins para os quais foi concebido. As alternativas de rendimento adoptadas para garantir a subsistência da população sem recorrer ao abate de árvores falharam. As parcerias com os privados e ONGs não foram bem sucedidas, pois, estes não honraram com os seus compromissos. Isso deu-se pelo facto de não ter havido uma participação interactiva que pudesse permitir uma melhor circulação da informação entre a estrutura local, ONG's e a Comunidade. Por estes motivos, verifica-se uma grande desmotivação por parte dos membros da comunidade.

O estudo demonstra que o projecto de Maneio Comunitário ao promover novas formas de organização, transferindo a propriedade e o controlo dos recursos naturais para os seus principais usuários (comunidade de Goba), trouxe disputas entre esta e a autoridade oficial, uma vez que o Conselho Executivo local, é acusado pela Associação (representante legítimo da comunidade), de atribuir terrenos para construção na zona destinada ao pasto, sendo este o maior conflito entre as estruturas locais.

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	<i>i</i>
<i>Dedicatória</i>	<i>ii</i>
<i>Declaração</i>	<i>iii</i>
<i>Lista de abreviaturas</i>	<i>iv</i>
<i>Lista de tabelas</i>	<i>v</i>
<i>Lista de anexos</i>	<i>vi</i>
<i>Resumo</i>	<i>vii</i>
Capítulo 1. INTRODUÇÃO	01
1.1 Contextualização	01
1.2 Localização e caracterização da Área de Estudo	05
1.2.1 Características Naturais	05
1.2.2. População e Características Sócio-Económicas	06
1.2.3 Distribuição Espacial da População	08
1.2.4 Principais Actividades Económicas	08
1.3 Objectivos	09
1.3.1 Objectivo Geral	09
1.3.2 Objectivos específicos	09
1.4 Justificação da Pesquisa	10
1.5 O Problema	10
1.6 Hipóteses	12
Capítulo II - QUADRO TEÓRICO	13
2.1 Abordagem Teórica	13
Capítulo III - REVISÃO DA LITERATURA	15
3.1 – Maneio Comunitário dos Recursos Naturais	15
3.2 Participação Comunitária em projectos de MCRN	16
3.2.1 Tipos de Participação Comunitária	18
3.3 Interação Social no Maneio Comunitário dos Recursos Naturais	19

3.4 Metodologia	22
3.4.1 Técnicas de Recolha de Dados	23
3.4.2 Método	24
3.5 Definição de Conceitos	25
3.5.1 Comunidade	25
3.5.2 Participação	26
3.5.3 Desenvolvimento Sustentável	27
3.5.4 Interação Social	27
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
4.1 Apresentação de Resultados	29
4.1.1 O Zoneamento florestal	29
4.1.2 Zonas de produção intensiva de carvão	29
4.1.3 Organização dos carvoeiros	30
4.1.4 – Espécies autorizadas para o fabrico de carvão em Goba	30
4.1.5 Espécies proibidas para fabrico de carvão em Goba	31
4.1.6 A Floresta de Goba: Local de Culto e Fonte de Sobrevivência	32
4.1.7 Uso do Conhecimento Local na Conservação da Floresta	33
4.1.8 O Projecto de Maneio Comunitário em Goba	35
4.1.9 Organização Comunitária e Mecanismos de Interação dos intervenientes	37
4.1.10 Eficácia do Plano de MCRN em Goba	40
4.1.11 Implementação do Projecto de MCRN em Goba	41
4.2 Discussão dos Resultados	44
4.2.1 Constrangimentos no Maneio Comunitários de Recursos Naturais em Goba	45
CAPÍTULO V -CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	50
ANEXOS	

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A preocupação com os limites do desenvolvimento do Planeta, remonta há vários séculos. Já em 1798, Malthus apresentou um dos mais conhecidos estudos clássicos de Demografia, o "Essay on Population". Esta obra, tem como foco central a conexão entre crescimento populacional descontrolado e suas consequências nefastas no campo sócio-económico. Adicionalmente ela apresenta pela primeira vez, a ideia de que o crescimento da população se dá em progressão geométrica, quando, contrariamente, o aumento da produção de alimentos se dá em progressão aritmética, o que, no seu argumento, provoca a longo prazo catástrofes sociais e colapso económico.

Neste período, este autor advertia para a questão do esgotamento dos recursos naturais¹ em virtude do aumento rápido da população. Porém, os efeitos da devastação da natureza acentuaram-se com o andar dos tempos.

Em 1972, em Estocolmo, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, representantes dos países industrializados e em desenvolvimento, reuniram-se para discutir, exclusiva e sistematicamente, a questão do meio ambiente global e o desenvolvimento do planeta. Esta reunião, gerou resultados muito expressivos como a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que teve como foco principal a promoção da ideia de que era necessário mudar a forma como os seres humanos (agentes/actores sociais) se relacionam com o meio ambiente.

Estimativas do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), revelaram que, anualmente no mundo cerca de 7.5 milhões de hectares de florestas nativas, são transformadas em áreas agrícolas. Existem programas de reflorestamento, todavia, cortam-se 10 hectares de florestas por cada hectare replantado (FAO, 1986). Neste processo, durante muito tempo, as comunidades ficaram marginalizadas pelas multinacionais e outras organizações que

¹ Recursos naturais, tudo quanto a natureza oferece que pode ser usado para satisfazer as necessidades humanas ou como sendo qualquer porção do ambiente natural como ar, água, solo, minerais, florestas e vida selvagem (gilpin, 1980)

exploram os diferentes recursos naturais, sem que as populações (actores) nativas sejam incluídas e beneficiadas por tais práticas.

A gestão dos recursos florestais por parte das comunidades rurais é um procedimento ancestral e intimamente ligado ao facto de as florestas constituírem fonte de abrigo, alimento, combustível, materiais de construção, madeira, produtos medicinais, espaços de rituais mágico-religiosos, entre outros. Isto por si quer dizer que as florestas devem ser preservadas para futuras gerações, tal como preconizado pelos defensores do desenvolvimento sustentável.

No contexto moçambicano, a preocupação com o meio ambiente, e a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais, teve início logo em 1975.

Após a independência nacional, em Junho de 1975, os recursos naturais foram colocados na agenda do governo de então como base estratégica para o seu desenvolvimento, daí ter sido afirmado como sendo património do Estado, pelo artigo 8 da Constituição da então República Popular de Moçambique (1975-1990), ficando sob a alçada do Governo as condições do seu uso e aproveitamento.

Em Fevereiro de 1977, aquando do III Congresso da Frelimo, este adoptou uma linha de desenvolvimento assente na alocação administrativa de recursos por via da planificação centralizada, sendo o Estado o seu único gestor. A intervenção estatal na economia era vista como um substituto das forças de mercado inexistentes cuja estratégia socialista não tinha intenção de desenvolver (Abrahamsson & Nilsson, 1994).

É neste âmbito, que a nível da agricultura foram criados órgãos para o controlo do desenvolvimento florestal, nomeadamente a Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia (DNFFB) e as Direcções Provinciais de Florestas e Fauna Bravia (DPFFB). Porém, devido à sua fragilidade e à falta de experiência dos técnicos do sector, estes órgãos não conseguiram nessa altura, gerir de forma sustentável os recursos florestais, o que era seu principal objectivo, e dessa forma ocorreu, em muitas regiões do País, a exploração descontrolada dos recursos florestais, que aliás, aumentou (Cossa in Perreira, 2000).

Para além do acima exposto, apontam-se como causas da degradação de tais recursos, a guerra que ocorreu em Moçambique entre os anos 1976 e 1992, período durante o qual, tais recursos foram delapidados (Matakala & Mushove, 2001).

Para fazer face à degradação dos recursos florestais, com a liberalização da economia, iniciada em 1987, o Estado foi gradualmente transferindo a gestão destes recursos para o sector privado e para as comunidades locais. Sendo assim, com a nova política de Florestas e Fauna Bravia, as comunidades locais deixam de ser vistas como agentes passivos no processo de planificação do desenvolvimento do país. Assim, ficou implícito o reconhecimento de que as comunidades detêm conhecimentos e podem dar um importante contributo na sua protecção devido ao facto de serem as que mais dependem destes recursos para a sua sobrevivência (Cuco & Manshur, 1999).

Deste modo, criam-se condições para que, o surgimento do MCRN², se justifique, em parte, como forma de algumas estruturas formais (entidades estatais) reconhecerem que sozinhas não são capazes de gerir aqueles recursos naturais.

Neste contexto, o governo viu-se obrigado a acolher, proteger, promover e incentivar algumas iniciativas do conhecimento local³ pelas comunidades, como forma de contribuir para a redução da insegurança alimentar, bem como para a protecção, conservação, promoção e uso sustentável e racional dos recursos naturais e da biodiversidade (FAO, 1986).

Em 1992, após a conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento que se realizou no Rio de Janeiro, Moçambique preparou e iniciou projectos de gestão comunitária dos recursos naturais (GCRN) a fim de melhorar as condições de vida das populações rurais, e de permitir a conservação dos seus recursos (Bossel, 2001).

² No contexto deste trabalho, o MCRN é definido como o controlo, uso e gestão legitimada e regulada dos recursos naturais pela comunidades locais para o seu próprio benefício e sustentabilidade dos recursos a longo termo (Matakala, 1998).

³ O conhecimento local é a informação que as populações, numa determinada comunidade, baseada em experiências e adaptação a uma cultura e ambiente local, desenvolverem em tempos remotos, e continuam a desenvolver. Este conhecimento é usado para sustentar a comunidade e sua cultura com a finalidade de manter os recursos genéticos necessários para a sobrevivência contínua da sociedade.

Com a assinatura do Acordo Geral de Paz (Acordo de Roma, 1992) o ambiente político e de segurança melhorou bastante o que despertou um interesse cada vez maior em projectos de maneio comunitário.

Na fase inicial, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) teve um papel importante no financiamento destas iniciativas, especialmente no vale do rio Zambeze, começando com o projecto Tchuma Tchato em Tete⁴ (1995), Sub-Projecto do Delta do Zambeze⁵ (1995). Em 1996 a IUCN, envolve-se em trabalhos colaborativos nas fases iniciais da concepção do projecto transfronteiriço em Chimanimani⁶ (Matose et al. 1995). Enquanto que as iniciativas do período antes de 1997 eram na sua maioria ligadas à fauna, a partir deste ano, começam também a surgir iniciativas em áreas de maneio florestal e em todas as províncias do País (Murphree, 1995).

Foi nesta perspectiva que, a partir de 1997, surge em Moçambique uma modalidade alternativa ao sistema de gestão estatal: O MCRN.

A maioria das iniciativas em Moçambique, começaram em Abril de 1997 com a aprovação da Política de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia e também com as reformas

⁴ **Projecto Tchuma Tchato (1995):** Este projecto teve o seu início em 1994, através da DNFFB, tendo sido implementado pelo SPFFB e a IUCN. Antes do início em 1994, através da DNFFB, tendo sido implementado pelo SPFFB e a IUCN. Antes do início do programa os recursos naturais da zona estavam sendo geridos pelo Governo através da DPADR(SPFFB), que mantinham a fiscalização e controle de forma de uso dos mesmos. Com a implementação do programa Tchuma Tchato o governo central começou a reconhecer o papel das comunidades locais na gestão da caça furtiva. a população faunística aumentou.

Com a integração da comunidade e o respectivo governo local no processo de gestão de recursos naturais(floresta, fauna, pesca e todo o espaço paisagístico) permitiu que estes(as comunidades) prestassem um controle mais firme dos recursos. Também permitiu a definição das modalidades de exploração sustentável baseada no envolvimento do sector privado para implementação do turismo. Criou-se um bom ambiente de trabalho entre o operador de safaris, as comunidades locais, o governo local e os SPFFB. Em 1996 o projecto expandiu-se da área de Chitopo, onde havia começado, para Daqui. Luiz Namanha e Tiago Lidimba(2001).

⁵ **Sub projecto do Delta do Zambeze(1995):** O Sub projecto do delta do Zambeze, é parte integrante do projecto de conservação das terras húmidas do Vale do Zambeze levado a cabo pela IUCN e pelo Governo(DNFFB), que teve o seu início em 1997. O Sub projecto do Delta do Zambeze, opera no distrito de Marrromeu e visa sensibilizar as comunidades locais para a necessidade de conservar e racionalizar os seus recursos naturais. As comunidades abrangidas são Chueza, Malingapanga, Daude, Milambe, Mapune e Luapa. Taibo Abudo e David Makhodzu(2001)

⁶ **Projecto Transfronteiriço em Chimanimani:** Através da proposta do Governo, o projecto transfronteiriço de Chimanimani iniciou as suas actividades nos finais de 1996. O projecto tem vindo a tentar melhorar a vida das comunidades através do uso dos recursos existentes na área. Antes do projecto não se fazia nenhuma gestão dos recursos naturais na zona fronteiriça(Moç/Zimbabwe), pretendia-se fazer o aproveitamento das grandes capacidades turísticas que a área oferece para a obtenção de divisas. Cândida Lucas(2001)

legislativas, culminando com a aprovação da Lei 10/99, de Florestas e Fauna Bravia⁷ (Matakala & Manshur 2001).

Para o presente estudo destacam-se iniciativas referentes ao manejo comunitário de recursos florestais, geridas por comunidades locais, dando ênfase a importância que a interacção social tem para o sucesso dos mesmos.

1.2 Localização e caracterização da Área de Estudo

A Localidade de Goba situa-se no Posto Administrativo de Changalane, a Sudoeste do Distrito de Namaacha, província de Maputo, acerca de 74Km da cidade de Maputo, sendo limitada a Norte, pelo Rio Umbeluzi, a Sul pelos rios Bassope e Changalane, a Oeste pelo Reino da Suazilândia e a Este pelo Posto Administrativo de Changalane (Área do "Cardiga"). A sua superfície é de 9.474 ha, estendendo-se entre as latitudes 26° 11' 15'' e 26°20'00 '' Sul e longitude 32°04'26'' e 32° 09'00'' Este (Malafusser at all, 1999).

1.2.1 Características Naturais

Actualmente o recurso florestal de Goba é escasso devido à sobre-exploração do mesmo para a produção de carvão na década de 90, e encontra-se alterado apresentando diversos estágios de regeneração e crescimento. A exploração desregrada e descontrolada dos recursos florestais na região levou à degradação e empobrecimento da vegetação como resultado conjugado do intenso corte de árvores e o uso indevido das espécies preciosas e madeiras, como o sândalo, cimbirre e chanfuta, para o fabrico de carvão.

Em 1997, Goba, juntamente com Matequenha e Mwampfundla no distrito de Namaacha constituía uma das principais zonas de abastecimento de combustíveis lenhosos à Cidade de Maputo (DNE/UEM, 1997, in Pereira, 2001).

⁷ Lei N.10/99, de 7 de Julho. A Lei de florestas e Fauna Bravia, estabelece os princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos.

Em 1999 a região de Goba tinha praticamente esgotado as suas reservas florestais e num inquérito realizado aos transportadores e comerciantes de carvão na cidade de Maputo, a região de Goba já não foi mencionada como zona de abastecimento de lenha/carvão à cidade do Maputo (Chaposa, in Pereira, 2001). Consequentemente, a vegetação de Goba é caracterizada por possuir poucas árvores de grande porte, tendo metade (cerca de 50%) da área sido já cortada para o fabrico de carvão.

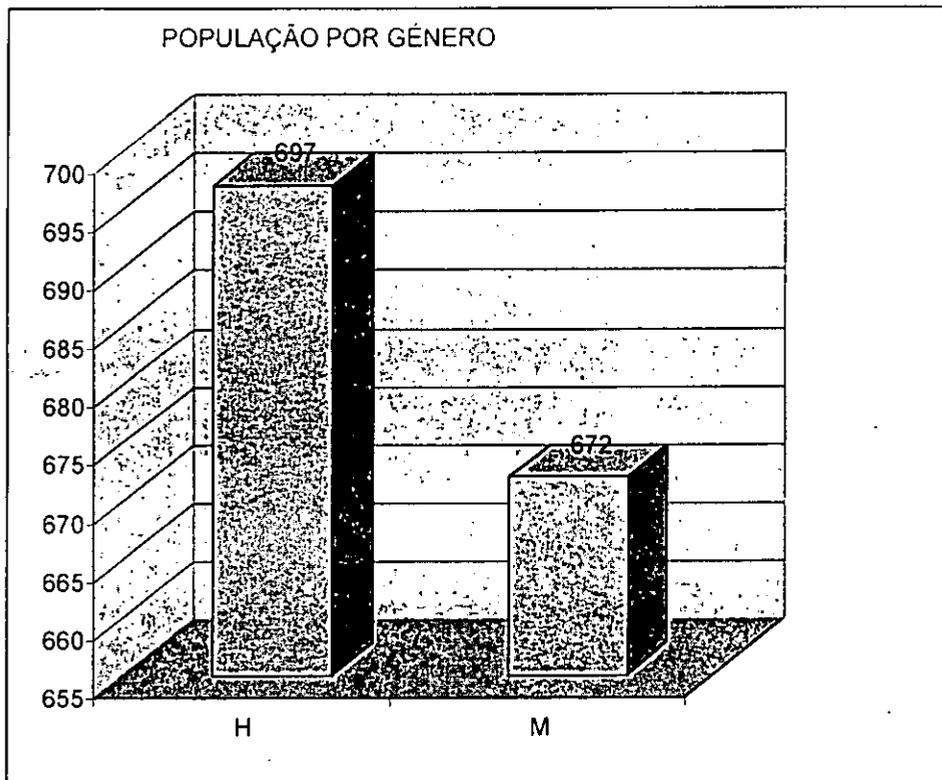
A floresta é um recurso de capital importância para os habitantes de Goba, pois, é a partir dela que se obtêm a principal fonte de energia nomeadamente o carvão e a lenha, material para construção de casas, plantas medicinais, para além do consumo de seus frutos que são uma componente importante para a dieta e segurança alimentar.

Existem dentro deste património natural algumas espécies de árvores que sempre foram protegidas como as fruteiras e as medicinais. Os naturais de Goba sabem que estas espécies não podem ser abatidas para se fazer carvão e lenha, excepto as espécies que ocorrem com maior frequência como *nkukulo*, *nkai*, *ndzenga*.

1.2.2. População e Características Sócio-Económicas

A localidade de Goba possui uma população total de 1369 habitantes, sendo 697 homens e 672 mulheres. Estes são distribuídos por agregados familiares com a seguinte composição: 265 são agregados chefiados por homens, e 84 por mulheres. Destes, 49% são mulheres e 51% são homens, tendo 41% da população entre 15 e 39 anos e 14% com idade pré-escolar de 0-4 anos (INE, 1997) conforme ilustram a tabela e o gráfico abaixo.

	Nº da População		% da População	
	H	M	H	M
População	697	672	50,9	49,1
Chefe dos agregados	265	84	76	24



Os aglomerados populacionais encontram-se na sua maioria confinados à Vila de Goba e ao longo das Bacias Hidrográficas. Este facto faz com que se verifique nestes locais e arredores, um maior desbravamento da vegetação para fins de habitação, pastagens, agricultura e abertura de acessos para extracção de combustível lenhoso (Duarte, 1999).

Os agregados familiares são constituídos em média por 4-7 pessoas cada, havendo uma diversidade de situações onde o elemento mais pertinente é a heterogeneidade das populações. Quer dizer, há segmentos da população que é nativa e outra deslocada que se fixou em Goba nos finais da década 80 e princípios da década de 90. Os habitantes que residem nos bairros, são provenientes de diversas províncias do país, encontrando-se presentemente na vila pessoas provenientes de 10 províncias, sendo de Inhambane à maior predominância (Filimão, 1998).

1.2.3 Distribuição Espacial da População

Durante o conflito armado pós - independência a área de Goba foi bastante afectada, registando-se uma considerável movimentação das pessoas desta vila para os centros urbanos mais próximos e países vizinhos (África do Sul e Suazilândia). Com a paz, verificou-se um regresso massivo destes e também a afluência de outras pessoas provenientes de outras províncias (Kumagwelo, 2000).

A maior parte da população encontra-se em Goba Estação, a Vila principal que se divide em três bairros nomeadamente os Bairros 1, 2 e 3. É nesta zona que existem as principais infra-estruturas sociais, nomeadamente, o posto de saúde, a escola primária, lojas, mercado, bem como as residências dos membros da comunidade. Os bairros 1 e 2 na vila são as que possuem maior concentração de habitações, enquanto que o bairro 3 é mais extenso, mas as habitações estão mais dispersas. A contagem dos bairros é descrita da seguinte forma: do Rio Umbeluzi até a linha férrea é o Bairro 3, da linha férrea até a estrada principal é o Bairro 2, da estrada em diante é o Bairro 1. Um número menor de agregados concentram-se em Goba Fronteira e em Mandhimbe (Kumagwelo, 2000).

É notável, a maior parte da concentração da população ao longo dos cursos de água, pois os recursos são os factores mais importantes e atractivos como é o caso do rio Umbeluzi e as três lagoas existentes nesta região.

1.2.4 Principais Actividades Económicas

A população dedica-se na sua maioria ao corte de lenha, fabrico de carvão e agricultura, sendo as culturas de milho, mandioca e o feijão as mais importantes nesta área. As principais culturas comercializadas pelo sector familiar são o milho e as hortícolas. Este sector conhece uma variedade de métodos tradicionais para melhorar a fertilidade dos solos, designadamente a incorporação nos solos de folhas de árvores, restolhos de cereais e estrume e ainda a técnica de agricultura sob queimadas (Pereira, 2001).

Existe nos grupos domésticos uma clara divisão de trabalho. À mulher, para além de ter um papel fundamental nos trabalhos agrícolas, é reservado o trabalho doméstico. Aos homens, apesar de prestarem o seu contributo nos trabalhos agrícolas, são reservadas as actividades consideradas mais pesadas e exteriores ao grupo doméstico, nomeadamente, criação de gado, pesca, fabrico de carvão e ao trabalho assalariado.

As crianças tipicamente ajudam os pais nos trabalhos domésticos. O fabrico do carvão e corte de lenha, por serem actividades que exigem esforço físico, são actividades masculinas por excelência. A escolha das árvores apropriadas, o abate, a repartição do tronco em pedaços mais pequenos e mais curtos, a preparação do local do forno, é um trabalho que exige um grande dispêndio de energia, embora a mulher possa ajudar em trabalhos mais ligeiros.

É de realçar que este trabalho de fabrico de carvão e corte de lenha, é também desenvolvido por algumas mulheres viúvas ou chefes de famílias, para a subsistência dos seus dependentes.

1.3 Objectivos

1.3.1 Objectivo Geral

Descrever a importância da interacção social na gestão sustentável dos recursos naturais no projecto de MCRN em Goba.

1.3.2 Objectivos específicos:

- 1- Descrever e analisar os mecanismos de interacção adoptados pelos diferentes intervenientes no projecto.
- 2- Identificar os tipos de participação comunitária adoptados na implementação do projecto.
- 3- Descrever e analisar os tipos de participação comunitária usados na implementação do projecto e seu impacto.
- 4- Captar percepções sobre o abate de árvores na zona do projecto.

1.4 Justificação da Pesquisa

A presente pesquisa é pertinente na medida em que visa dar conta dos esforços levados a cabo com vista a garantir uma gestão sustentável dos recursos florestais.

O estudo tem relevância sociológica na medida em que procurou compreender os mecanismos de interacção entre os diferentes intervenientes (sujeitos e instituições) na gestão sustentável dos recursos florestais.

Adicionalmente, o estudo procura compreender como é que no processo de implementação do projecto, os sujeitos e instituições envolvidos na zona de manejo comunitário, procuraram garantir a observância de regras e normas, a defesa de interesses comuns, o respeito pelos valores sagrados e costumes partilhados pelos membros da comunidade estes *de per si* objectos de estudo sociológico.

Em termos de demarcação temporal, o estudo vai de 2000 à 2005, período da implementação do projecto de MCRN em Goba.

1.5 O Problema

A literatura mostra que vários projectos de manejo comunitário falham no que tange à aceitação, implementação e manutenção nas comunidades. O problema reside no facto dos projectos serem concebidos por pessoas de fora das comunidades e serem implementados sem atenderem aos anseios desta, revelando-se assim um défice de participação.

Esta ideia é corroborada por Mushove & Matakala (2001), ao afirmarem que “muitos projectos implementados em parceria entre o governo e doadores, acabam por fracassar se a comunidade local não fôr incluída na tomada de decisões, desde a concepção da iniciativa até a sua implementação. Normalmente, a comunidade local acaba por se revoltar contra, ou frustrar os objectivos de manejo do recurso, como forma de reivindicar o seu direito ao acesso e uso dos recursos em questão”.

Jackeline Cock in Jo et. all (1996), também corrobora com a mesma ideia e aponta duas razões que fazem com que muitos dos projectos de participação comunitária falhem: primeiro o negligenciamento dos impactos político e social das intervenções planificadas. Segundo, devido ao défice ou inadequado nível de participação comunitária.

No caso do projecto de MCRN em Goba, apesar de se ter realizado um diagnóstico participativo na altura do seu início, volvidos 5 anos da sua implementação, verifica-se falta de controlo efectivo dos recursos por parte da comunidade. Esta reclama que não é consultada para a tomada de decisões. Por outro lado, na zona de manejo comunitário não há uma participação interactiva entre as diferentes estruturas locais, e estas com a comunidade, o poder está ainda nas mãos do governo local. Existem conflitos de terra, a comunidade não obtém benefícios tangíveis provenientes da implementação do projecto, falta divulgação da legislação que rege a exploração dos recursos florestais junto às comunidades. Como corolário destes factores, a comunidade está desmotivada e já não participa activamente como nos primeiros dois anos do início do projecto.

A interacção social é fundamental para o sucesso dos projectos comunitários, pois, segundo Turner (1999), sem a interacção não poderíamos construir cultura e sustentar as estruturas sociais tão essenciais à vida humana. A interacção é, portanto, o processo social primordial que sustenta a sociedade, cultura e o nosso bem estar pessoal.

É tendo em conta o interesse sociológico e a importância do envolvimento de todos os intervenientes para o sucesso de programas comunitários que surge a nossa questão de partida: *Será que a interacção social no projecto de MCRN, em Goba, garante uma gestão sustentável dos recursos florestais?*

1.6 Hipóteses

Hipótese mãe

O projecto de MCRN não reflecte as reais necessidades e aspirações da comunidade, e nem toma em consideração o conhecimento local, portanto, neste projecto a interacção não garante a gestão sustentável dos recursos florestais, uma vez que é deficiente.

Sub - hipótese

O Plano de MCRN de Goba não goza de aceitação da comunidade, por isso, ela tende a frustrar os objectivos do mesmo como forma de reivindicar o seu direito de acesso e uso do recurso em questão.

Capítulo II - QUADRO TEÓRICO

2.1 Abordagem Teórica

Tendo em conta os objectivos definidos, para o presente trabalho, optamos pelo interaccionismo simbólico. Esta teoria interessa-se pela análise de fenómenos micro-sociais como são as interacções no quotidiano e o que elas representam para a estruturação da acção social.

Os interaccionistas (Mead & Goffman), afirmam que: “virtualmente toda a interacção humana envolve uma troca de símbolos. Quando interagimos com outros procuramos constantemente pistas sobre o tipo de comportamento apropriado ao contexto e sobre como interpretar o que os outros pretendem. O interaccionismo simbólico dirige a nossa atenção para os pormenores da interacção interpessoal, e para a forma como esses pormenores são usados para entender aquilo que os outros dizem ou fazem”, (Giddens,2000).

O Interaccionismo Simbólico considera a acção recíproca dos seres humanos e os sinais que a tornam visível como fenómeno social de significância sociológica. Nesta óptica, a sociedade, as instituições, as classes sociais ou a consciência colectiva, não têm realidade independente das interacções sociais.

Esta teoria, considera, por outro lado, que o comportamento humano não é uma simples reacção ao meio ambiente mas um processo interactivo de construção desse meio.

Giddens (2000), refere que: “estudar a interacção social na vida quotidiana ilumina a interpretação dos sistemas e instituições sociais mais amplas. Os sistemas sociais de grande dimensão dependem dos padrões de interacção social em que nos envolvemos no decorrer das nossas vidas quotidianas”.

Para Mead, (in Ferreira, et all. 1995) a especificidade da realidade humana resulta da singularidade da actividade social, que radica na existência de símbolos. É com os símbolos e

pelos símbolos que os indivíduos interagem e atribuem um sentido à sua própria experiência e à experiência com os outros, isto é, com os objectos sociais que os rodeiam.

Este autor, afirma ainda que é através do processo de socialização e pela aquisição da linguagem, que os indivíduos adquirem as normas, regras, valores e crenças que balizam a sua possibilidade de viver em sociedade. (Idem, 1995)

É desta forma que para Mead a relação dos indivíduos com o meio não radica só num processo de adaptação, mas nas características da interacção social. Isto é, se o meio modifica os indivíduos, é igualmente verdade que, pela sua capacidade reflexiva e interpretativa, os indivíduos também são capazes de modificar o meio em que se inserem, de acordo com os interesses que perseguem (Idem, 1995).

Para Goffman, o interaccionismo simbólico revela muito da natureza das nossas acções, no decurso da vida social quotidiana (Giddens, 2000).

Entende-se, por isso, que a implementação do projecto de manejo comunitário em Goba, era suposto privilegiar uma participação interactiva entre o capital humano determinado pelo conhecimento (tradicional ou moderno), habilidades e, o capital social caracterizado pelo grau de partilha desse conhecimento, pelo entendimento entre as instituições e a comunidade.

Desta forma, a universalidade dos símbolos permitiria, pela interacção social, a emergência de consensos capazes de garantir a existência e a continuidade da sociedade; particularmente daquela comunidade. Assim no MCRN, seria fundamental que os diferentes actores participassem na definição de políticas e tomada de decisões sobre a exploração e protecção dos recursos naturais estruturando assim aquela realidade social, isto é, a comunidade.

Capítulo III - REVISÃO DA LITERATURA

3.1 – Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

Temas relativos ao Maneio Comunitário de Recursos Naturais mereceram atenção de vários estudiosos e em várias perspectivas. Assim, neste capítulo, colocam-se em debate algumas ideias relevantes, avançadas pela literatura consultada sobre o mesmo produzido em Moçambique, tanto quanto possível.

Segundo Mushove (in Filimão e Massango, 2001), o MCRN surge pelo reconhecimento da incapacidade das instituições governamentais de realizarem uma gestão eficiente dos recursos naturais sob sua jurisdição legislativa. Como resultado, tem surgido toda uma gama de abordagens que visam assegurar a participação das comunidades locais para que a gestão dos recursos naturais seja alcançada ~~de uma forma~~ mais efectiva.

Na óptica de Matakala (1998b), o MCRN é um dos meios efectivos para o desenvolvimento económico sustentável que consiste em organizar as comunidades locais para as envolver no uso sustentável dos recursos naturais para a geração de benefícios visando aliviar a pobreza.

Nhantumbo (2001), considera que, um dos alicerces importantes para o estabelecimento do maneio comunitário e maior controlo dos recursos naturais pelas comunidades, são as instituições locais incluindo a sua composição e normas localmente estabelecidas que regulam o acesso, uso e maneio dos recursos. Estas instituições locais são inevitavelmente influenciadas pelo poder local tanto tradicional como governamental.

Para o mesmo autor, a degradação dos recursos é corolário da debilidade das instituições locais. A ausência de organização local e de normas que regulem o acesso aos recursos e equidade na partilha de benefícios, consente o acesso livre aos recursos em que todos têm o direito de uso, mas ninguém é responsável pelo seu maneio e garantia de sustentabilidade.

Na mesma análise, Nhantumbo (2001), afirma que, para que os projectos de maneio comunitário, conheçam sucesso, é necessário que as instituições locais tenham equilíbrio,

coesão interna e façam uma concertação na tomada de decisão sobre o uso e maneiio dos recursos naturais.

Na óptica de Matakala & Mushove (2001), em muitos casos estudados, verificou-se que os esforços dos promotores de conservação ou dos fiscais comunitários eram frustrados tanto por outros membros da comunidade como por outras autoridades. Isto deve-se ao facto dos promotores, ou fiscais, não terem poder legal para prender os infractores, pois esse poder está consagrado a fiscais do Estado. Para os promotores comunitários exercerem as suas funções efectivamente, precisarão do poder estatutário e legal. Da mesma maneira, a comunidade fiscalizadora deve beneficiar de uma parte dos produtos apreendidos graças à sua fiscalização.

Os autores acima, (Matakala & Mushove 2001), advertem que, os projectos de MCRN raramente podem produzir resultados tangíveis dentro de pouco tempo porque muitos destes projectos envolvem tentativas para mudar as atitudes das pessoas, aprendizagem de novas habilidades e investimento em novos recursos (ex. árvores), que só trazem resultado depois de um longo período de espera. Isso põe em dúvida as perspectivas de produzir impactos positivos e duradouros por meio de projectos de curta duração (ex. dois a três anos).

Para que os projectos de MCRN, sejam implementados de forma sustentável, é importante o envolvimento de todos, nomeadamente o governo, autoridade tradicional, sector privado, ONG's e comunidade local. Uma boa articulação entre os diversos intervenientes pode garantir o melhoramento do bem estar das comunidades e uma correcta utilização das florestas.

3.2 Participação comunitária em projectos de MCRN

Consideráveis projectos de MCRN têm falhado, por subestimarem as componentes sócio-culturais e económicas das comunidades locais. A necessidade de incluir a população como agente participativo nos projectos de conservação dos recursos naturais pode ser ilustrada pelos falhanços de vários projectos, realizados pelo PNUD, Banco. Mundial, USAID (Donnelly – Roark, 1994).

A situação acima mostra que os projectos de MCRN, não devem ser impostos com base em modelos importados dos países donde provêm as instituições financiadoras, mas sim, devem partir da própria iniciativa das comunidades locais beneficiárias desses projectos.

Este pensamento, está subjacente nas seguintes aceções de Valá (1998): “Os doadores têm poderes sem responsabilidades pelas consequências do seu exercício (Implementação). O diálogo não chega a efectivar-se, na prática. A aceitação de uma concepção exógena só se pode transformar em instrumento de desenvolvimento quando há integrantes locais. A tradição de uma sociedade determina o que é possível fazer. Esse determinismo é endógeno e corresponde a única abordagem possível”.

Para Sambonino (1999) a participação comunitária nos projectos de MCRN deve ser feita com base na aplicação de um conjunto de instrumentos metodológicos, designados por “Sipsa” – Sistema Integral de planificação, monitoria e avaliação. São considerados instrumentos ou ferramentas metodológicas: as tabelas, formulários, relatórios, guiões e outros procedimentos criados para orientar e facilitar o trabalho de identificação, planificação, execução, seguimento e avaliação das actividades dos diferentes actores envolvidos no projecto.

Um dos desafios na planificação das actividades do manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN) é motivar os grupos comunitários envolvidos em determinada actividade, para que sejam os protagonistas da sua própria planificação, e realizem sua monitoria e avaliação de forma periódica e auto-crítica, com vista a gradualmente melhorar seu processo participativo e de auto gestão (Nhantumbo 2001).

Porém, Matakala e Mushove (2001) consideram que existe algum cepticismo em relação ao modo como os Planos de MCRN são realizados, pois, em termos gerais, há tendência para devolver muitas responsabilidades às comunidades para tomarem decisões no uso e manejo dos recursos naturais, mas ao mesmo tempo sem uma devolução genuína dos poderes e da autoridade para que as comunidades implementem as decisões que tomarem. Sendo assim, pode argumentar-se que, até aqui, a participação comunitária no MCRN, tem sido paternalista, coerciva e enfermando de retórica, isto é, de palavreado vazio e inconsequente. Passemos assim aos tipos de participação possíveis.

3.2.1 Tipos de Participação Comunitária

Nos projectos de MCRN, a participação das comunidades locais, principalmente na gestão florestal, é indispensável porque, contribui para redução do abate descontrolado de árvores pois, as comunidades passam a ter dispositivos legais para a prática da fiscalização.

De acordo com Pretty (1994), existem sete tipos de participação comunitária nomeadamente:

- Participação passiva, aquela em que é dito às pessoas o que vai acontecer ou o que aconteceu;
- participação de informação, aquela em que a comunidade recebe informação, respondendo às perguntas colocadas pelos técnicos;
- participação através de consulta, aquela em que a comunidade expõe os seus problemas e necessidades mas no final a decisão do que deve ser feito é inteiramente dos técnicos;
- participação por incentivos materiais, aquela em que a comunidade participa em troca de benefícios materiais ou financeiros imediatos (estimula a comunidade, a uma maior participação);
- participação funcional, aquela em que as pessoas formam um grupo para seguir o que foi traçado no plano de desenvolvimento pelo agente de fora;
- participação por iniciativa, aquela em que a comunidade se organiza e elabora o seu próprio projecto de desenvolvimento de acordo com as suas necessidades (permite que a comunidade, se sinta inteiramente envolvida no projecto); e
- participação interactiva, aquela em que todos os intervenientes do projecto estão em pé de igualdade e em constante diálogo para reforçar o entendimento acerca das actividades que estão sendo implementadas no projecto (possibilitando uma melhor circulação de informação e permitindo que a comunidade participe na tomada de decisão).

A participação interactiva é a que mais se adequa aos propósitos desta pesquisa, tendo em conta a teoria do interaccionismo simbólico que encima a nossa hipótese mãe.

3.3 Interação Social no Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

A Sociologia preocupa-se com o estudo de formas de Interação Social, que muitas vezes, são tidas como aparentemente insignificantes, de menor importância ou sem interesse. O estudo da interação social é uma área fundamental da sociologia que clarifica muitos aspectos da vida social. Giddens (2000), aponta duas razões que tornam importante o estudo da interação social quotidiana:

- Em primeiro lugar, as rotinas do dia-a-dia, com as suas quase constantes interações com as outras pessoas, dando forma e estrutura ao que fazemos. Através do seu estudo, podemos apreender bastante sobre nós mesmos enquanto seres sociais e à cerca da própria vida social. As nossas vidas estão organizadas de acordo com a repetição de padrões semelhantes de comportamento dia após dia, semana após semana, mês após mês e ano após ano.
- Em segundo lugar, estudar a interação social na vida quotidiana ilumina a interpretação dos sistemas e instituições sociais mais amplos. Na verdade, todos os sistemas sociais de grande dimensão dependem dos padrões de interação social em que nos envolvemos no decorrer das nossas vidas quotidianas.

Elísio Macamo (2004), corrobora com este autor ao afirmar que, a Sociologia do quotidiano interessa-se pelos pequenos pormenores do quotidiano, pelos encontros efêmeros entre os indivíduos, pela interpretação individual e colectiva dos factos sociais, isto é, pelo detalhe ínfimo que completa o social.

O estudo do comportamento quotidiano em situação de interação directa é usualmente denominado microsociologia enquanto que, por oposição, a macrosociologia é a análise dos sistemas sociais em grande escala, nomeadamente as instituições, os sistemas sociais, políticos, a ordem económica, etc.

Na perspectiva destes autores, compreende-se que com base nas interações sociais é possível interpretar os agentes e instituições que lidam com o MCRN, e tendo em conta a profundidade e

dimensão de tais interações os projectos comunitários podem atingir ou não os objectivos preconizados.

Mead (in Ferreira, et. all 1995), considera que a interacção simbólica, é o meio através do qual os homens se ligam dentro da cultura e seus valores, crenças e normas. Ao tornar-se consciente de símbolos culturais, podem-se assumir papéis e assim relacionar-se com os outros em variados status de estruturas sociais específicas. A função de assumir papéis é ligar as pessoas umas às outras e a cultura como um todo, facilitando desse modo a sua cooperação e, finalmente, a integração da sociedade. Portanto, estamos no campo da coesão e integração social conceitos que a sociologia trata sucintamente.

Por seu turno, Goffman (in Ferreira, et. all 1999), enfatiza a interacção face a face cujo propósito, radica na intenção de esclarecer a estrutura de interacção social entre dois ou mais indivíduos em situação de co-presença física. Goffman preocupa-se mais com o modo como se organiza a experiência do quotidiano, daquilo que um actor individual pode colocar na sua mente, e não da organização da sociedade. Segundo Goffman, aquilo que é normalmente remetido para o domínio do íntimo, do privado, e na natureza singular de cada um, é regulado socialmente.

Garfinkel (1967), corrobora com a mesma ideia ao afirmar que: “a interacção depende de certos processos complementares, denominados de etnométodos⁸. Quando interagimos com os outros, usamos uma variedade de métodos interpessoais ou técnicas para criar e sustentar uma ordem e fornecer continuidade na interacção. Esses métodos interpessoais são tão inconscientemente empregados que nos conscientizamos deles apenas quando alguém não os usa, ou os usa incorrectamente”.

Turner & Alexandre (1986), afirmam que, a interacção ocorre em estruturas sociais, em que as considerações de papéis sociais⁹ se tornam importantes. As pessoas gerenciam sua emissão de gestos para desempenhar papéis sociais para si mesmas, e activamente lêem os gestos umas

⁸ Etnométodos – são os métodos de que todo o indivíduo erudito ou não, utiliza para interpretar e pôr em acção a rotina de suas actividades práticas quotidianas a fim de reconhecer seu mundo, tornando-o familiar ao mesmo tempo que o vai construindo (Figueiredo & Votre, 1997).

⁹ Papéis sociais são expectativas socialmente definidas que um indivíduo com um determinado estatuto e posição social segue.

das outras a fim de descobrir os papéis sociais que os outros estão tentando estabelecer. Esse processo é possível porque os indivíduos dispõem, nos seus "stocks" de conhecimentos, de conjuntos de papéis sociais que adoptam ao representar o papel para eles próprios e ao interpretar os gestos dos outros. Os indivíduos também buscam verificar e reverificar os papéis uns dos outros.

Por outro lado, estes autores, consideram que: "é difícil fazer a conexão entre a interação de micro nível e a macro estruturas e sistemas culturais. Contudo, reconhecem que o micro não é possível sem a existência da macro, e vice-versa – mas a influência mútua dos dois níveis é difícil de discernir e analisar. Este problema é denominado de problema de micro-macro "vínculo" ou micro-macro "intervalo".

A inter-dependência (micro-macro), irá permitir-nos analisar as relações (interacção social) entre os indivíduos e as instituições locais no MCRN em Goba.

Nos projectos de MCRN, a importância da interacção social deve ser vista como o estabelecimento de mecanismos que possam permitir uma melhor circulação da informação entre todos intervenientes. A informação constitui um dos instrumentos cruciais para a manifestação do poder das comunidades. Se elas forem bem informadas terão maior capacidade de seleccionar as melhores alternativas, participando activamente na tomada de decisões sobre o uso e manejo dos recursos naturais.

A interacção, estrutura social e cultura são inter-relacionadas. Cada uma não poderia existir sem a outra, visto que a interacção, realiza-se pela habilidade de manipular códigos, desempenhar papéis e interpretar gestos, com o uso dos sistemas de símbolos de uma cultura e por sua vez a estrutura social, orienta o curso da interacção.

Nos projectos de MCRN, esta inter-relação é desejável que permita o acesso à informação para todos os intervenientes, de forma a que possam participar na tomada de decisões, e que os indivíduos e organismos integrantes, colaborem para garantir o sucesso do projecto.

3.4 Metodologia

Para a prossecução dos objectivos definidos para o presente trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa. Matakala (2001) refere que o método qualitativo permite ao investigador estudar assuntos seleccionados, casos, organizações, instituições, programas ou eventos a fundo e com detalhe. O facto de que a colecta de dados não é constrangida por categorias predeterminadas de análise contribui para a profundidade e detalhe dos dados qualitativos.

Para o efeito foram obedecidas as seguintes fases de pesquisa:

I – **Primeira fase:** Pesquisa bibliográfica¹⁰ – que se baseou na recolha e leitura de livros, documentos publicados, artigos e ensaios que abordam sobre o tema, de modo a que se fizesse o enquadramento teórico sobre estas temáticas. O material foi recolhido nas seguintes bibliotecas: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Ministério da Agricultura /DNFFB, FAO, ARPAC, IUCN.

II – **Segunda fase:** Trabalho de Campo¹¹ – Para a recolha de dados, fez-se uma observação directa, combinando-a com entrevistas semi estruturadas. Esta fase consistiu na permanência por quatro semanas e em deslocações periódicas à Localidade de Goba. Neste processo, foram entrevistadas pessoas de ambos os sexos dotadas de informação relevante, seleccionadas por acessibilidade. No local foi identificado um guia, que facilitou o contacto e deslocação, possibilitando a identificação e localização rápida do grupo alvo.

III – **Terceira fase:** Análise e interpretação dos dados – Fez-se análise e interpretação dos dados recolhidos e sua confrontação com as fontes bibliográficas.

¹⁰ A pesquisa bibliográfica proporciona maior familiaridade com o problema, estimulando a compreensão à partir de uma nova visão. Este tipo de pesquisa permite levantar informações de diferentes autores sobre o tema em análise, com vista a construção de um referencial teórico para a fundamentação do trabalho (Gil, 1987).

¹¹ O trabalho de campo, tem por objectivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população, visa também descobrir associações entre variáveis, ou até a natureza das relações entre as variáveis estudadas (Matakala 2001)

3.4.1 Técnicas de Recolha de Dados

Para a recolha de dados optou-se por observação directa, entrevistas semi-estruturadas e participação em reuniões, processo que durou cerca de 3 meses, nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2006. Para além das constantes viagens, para permitir uma melhor compreensão e imersão no objecto de estudo, o autor permaneceu 30 dias na localidade de Goba, de 12 de Agosto à 11 de Setembro de 2006.

Observações directas – consistiu em visitas a área de estudo para o reconhecimento da área e acompanhamento dos aspectos importantes, onde foi feita a tomada de notas sobre aspectos observáveis e relacionados com o tema a investigar. Foi possível fazer visitas na área abrangida pelo Plano de Maneio. Este tipo de observação permitiu verificar o estado actual do projecto, em termos de actividades práticas desenvolvidas e buscar compreender se a comunidade participa ou não nas actividades do projecto.

Entrevistas semi-estruturadas - através de um guião pré estabelecido (vide guião 1 e 2 em anexo) colheram-se dados de informantes relevantes, tendo em conta as actividades e o papel que desempenham. Alguns destes informantes chaves, são membros actuais e antigos da Associação *Nava Yedzu*, o régulo Mazie, a Coordenadora do projecto, o Presidente do Conselho Executivo, o extensionista da DPA, elementos dos extintos grupos de interesse. As entrevistas semi-estruturadas permitiram tanto ao entrevistador como o entrevistado ter a flexibilidade necessária para abordar detalhes ou debater problemas (Filimão e GTSEP, 2000).

Participação em Reuniões – a participação em reuniões de balanço, permitiu que um grande número de pessoas fosse alcançado num curto período de tempo, funcionando como grupos focais. Estes encontros foram realizados com a presença dos membros do Comité de Gestão, Conselho Executivo, Administração do Distrito, DNFFB, DDA e alguns elementos dos ex grupos de interesse. Foi possível auscultar várias sensibilidades em relação aos constrangimentos no processo de implementação do Projecto de MCRN, como os diferentes intervenientes participam no projecto, e verificar o estado actual do mesmo.

Como área de análise escolheu-se a Localidade de Goba, no Distrito de Namaacha, pelo facto de estar a decorrer um projecto de MCRN, situação favorável para a análise que a presente pesquisa se propôs realizar, e, pelo facto de verificar-se em Goba níveis elevados de desflorestamento.

3.4.2 Método

Uma série de técnicas multiformes foram utilizadas para dar conta da metodologia preconizada tal como descrita na tabela abaixo

Método	Objectivos
<p>1 - Análise de conteúdo Consulta de diversa bibliografia que aborda sobre a Interação Social e o MCRN</p>	<p>1 – Identificar e analisar os mecanismos de interacção adoptados pelos diferentes intervenientes no projecto. 2 – Descrever e analisar os tipos de participação comunitária usados na implementação do projecto e seu impacto</p>
<p>2 – Entrevistas semi-estruturadas. Dirigidas aos membros da Associação Ntava-Yedzo, Presidente do Conselho Executivo local, informantes chaves e alguns membros da comunidade</p>	<p>1- Descrever e analisar os mecanismos de interacção adoptados pelos diferentes intervenientes no projecto 2- Percepção dos problemas/conflitos ocorridos durante a implementação do projecto</p>
<p>3- Análise qualitativa dos dados empíricos</p>	<p>1- Captar percepções sobre o abate de árvores, saber se com a implementação do projecto o desflorestamento reduziu ou não.</p>

3.5 Definição de Conceitos

Importa definir os conceitos básicos de pesquisa, sem os quais o leitor enfrentaria problemas de compreensão deste relatório, nomeadamente: Comunidade; Participação; Desenvolvimento Sustentável e Interação Social.

3.5.1 Comunidade

O termo “Comunidade” é geralmente aplicado no maneio comunitário dos recursos naturais (MCRN) para identificar um conjunto de pessoas que residem numa determinada área, onde partilham o uso de recursos naturais dessa zona (Gilmour e Fisher, 1991).

Por seu turno, Luís (1999) define comunidade como sendo “um agrupamento de famílias e indivíduos possuindo tradições culturais, históricas e com objectivos sociais e económicos comuns”.

De realçar que, este conceito não encontra consenso dos vários estudiosos, pois tanto pode reportar-se aos limites geográficos territoriais ou ainda comunhão de interesses por parte de grupos populacionais.

Para Pina Cabral (in Moisés, 1986) a “Comunidade”, deve ser vista acima de tudo como tendo seu fundamento nas relações sociais, isto porque é através delas que os indivíduos agenciam esforços, estratégias e recursos num conjunto de interesses comunalmente definidos.

Parte significativa dos autores do século XIX e XX, utilizam o conceito Comunidade para designar todo o tipo relações caracterizadas simultaneamente por laços afectivos estreitos, profundos e duráveis, por um envolvimento de natureza moral, uma adesão comum a um grupo social e o sentido de pertença do indivíduo a tal comunidade (Nisbet 1984, in Ferreira, 1995).

Segundo a nova Lei de Terra (Lei 19/97, no seu artigo primeiro) a comunidade é entendida, como conjunto ou agrupamento de pessoas vivendo numa circunscrição territorial, que visa salvaguardar nestes interesses comuns através de protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água, área de caça e de expansão.

Neste trabalho foi operacionalizada a definição adiantada pela nova Lei de Terra por ser a mais abrangente e a que melhor se enquadra no contexto deste trabalho, e porque neste momento goza de algum consenso entre os estudiosos da área da sociologia das comunidades, sociologia rural e sociologia do ambiente.

3.5.2 Participação

O conceito de participação constitui hoje um dos eixos centrais da discussão sobre o desenvolvimento social ao nível do mundo inteiro (Kliskberg, 1997).

Em Ciências Sociais, este conceito pode assumir vários significados. De acordo com Pinto (1986) a participação é vista como sendo a forma através da qual o Estado insere na prática da classe dominante de forma consensual as classes dominadas, abandonando decisões coercivas para enfatizar o consenso.

Na análise política, a participação consubstancia-se no activismo dos indivíduos nos processos eleitorais, vistos como forma institucional que legitima o poder. Nesta óptica, a participação reduz-se à descentralização do aparelho governamental e ao voto do indivíduo (Alves, 1996).

Para Fernandes, (1998) a participação deve passar pelo envolvimento da comunidade no planeamento, na implementação, no controlo, na direcção e no usufruto dos dividendos do projecto.

Neste trabalho, foi "operacionalizada" a definição de Fernandes por ser aquela que mais se enquadra nos propósitos deste trabalho. Procurou-se também analisar se o projecto de MCRN em Goba, teve uma participação interactiva ou não.

3.5.3 Desenvolvimento sustentável

É o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (UNCED, 1987).

Fischer-Kowlski, M & Haberl, H (1993), consideram que há Desenvolvimento Sustentável quando:

- A taxa de consumo de recursos renováveis não ultrapassa a capacidade de renovação dos mesmos;
- A quantidade de rejeitos produzidos não ultrapassa a capacidade de absorção dos ecossistemas;
- Recursos não renováveis são utilizados somente na medida em que podem ser substituídos por um recurso equivalente renovável.

Estes autores, consideram ainda que todas as tentativas de vislumbrar um desenvolvimento sustentável, decorrem da esperança de poder combinar crescimento e desenvolvimento económico com justiça social e domínio dos problemas ambientais.

3.5.4 Interação Social

Processo de emissão e recepção de gestos, e, no caso dos homens, a emissão define culturalmente símbolos que carregam significados comuns. Esses gestos são usados para interpretar os significados e ajudar os homens a se tornarem conscientes das intenções dos outros e suas possíveis linhas de conduta (Mead, in Turner 1999).

Goffman, (in Fernandes, 1995) considera a interação social aquela que ocorre em situação de co-presença física.¹²

¹² Na sua perspectiva Dramaturgica, Goffman procura pôr em evidência a natureza profundamente social de uma esfera da realidade, normalmente suprimida da análise sociológica, e considerada de pré-científica ao demonstrar que aquilo que é normalmente remetido para o domínio do íntimo, do privado, e de natureza singular de cada indivíduo é também regulado socialmente.

Na mesma linha, Giddens (2000), entende que interação social é o processo pelo qual agimos e reagimos às pessoas que nos rodeiam.

Para Dimartes (in Fernandes, 1995) a interação social é um conjunto de acções e reacções mediante as quais os seres humanos entram em relação recíproca, comunicam, se julgam e colaboram.

As definições acima apresentadas possuem um denominador comum, que enfatiza a relação recíproca e a comunicação nos processos de interação social, contudo, será operacionalizada a definição de Dimartes (1995) por adequar-se melhor à pesquisa que realizamos.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação de Resultados

4.1.1 O Zoneamento florestal

O Zoneamento florestal de Goba foi realizado considerando os seguintes aspectos: potencial florestal inerente dos diferentes tipos de vegetação, a topografia do terreno e acesso, as leis vigentes no país e respectivos regulamentos e às normas tradicionais de manejo (Pereira 2001).

4.1.2 Zonas de produção intensiva de carvão

A produção de carvão de forma descontrolada e espalhada por toda a área de Goba cria conflitos com a necessidade de preservação quer do próprio recurso florestal quer da fauna bravia. Assim a comunidade de Goba elegeu a zona de Movene, na extremidade noroeste de Goba como área preferencial para a produção de carvão devido ao facto de a área ainda apresentar algum potencial florestal, por estar perto do agregado populacional de Movene, por estar perto do rio Lhaticulo e da estrada alcatroada Goba-fronteira-Goba estação – Maputo. Isso facilita o escoamento da produção carbonífera.

Esta área compreende uma superfície de 1117 hectares e inclui as seguintes zonas de protecção, onde não deve ser feita a exploração florestal: fontes 4 e 3 perto da casa do Sr. Chico, encostas junto às machambas do cimbirre.

4.1.3 Organização dos carvoeiros

De acordo com o levantamento efectuado em Fevereiro de 1999, existiam em Goba 167 carvoeiros organizados por zonas de corte de acordo com o local de residência e por determinação do régulo de Goba. O chefe de cada zona, tem a tarefa de distribuir as áreas de corte dentro da sua zona pelos carvoeiros residentes e contados na sua zona mas, essa tarefa de indicação do local de corte e de impôr as principais regras de maneo nem sempre é cumprida pelos chefes das zonas.

Dos 167 carvoeiros registados apenas 6% são mulheres. As zonas de Ridjene e Movene são as zonas com maior concentração de carvoeiros.

A distribuição desigual de número de carvoeiros faz com que por vezes os carvoeiros de uma determinada zona se desloquem a outras áreas para cortar, bem como acarreta um desequilíbrio nas licenças e números de sacos que podem ser produzidos por carvoeiro.

A área disponível para a produção de carvão em Goba, depois de se ter descontado as áreas de protecção total (povoamento de cimbirre, zonas de fauna) e parcial (encostas) é de 4.178.5 hectares.

4.1.4 – Espécies autorizadas para o fabrico de carvão em Goba

Em Goba a floresta cresce devagar e quase toda já foi cortada para fazer carvão, por isso o plano de maneo, estimou-se em 3000 sacos a produção anual de carvão, e foram seleccionadas as seguintes espécies:

Espécies abundantes (xivondzuana, ndzenga, kukulo...) e Espécies da 4ª classe (xivondzuana, ncaia...).

Ncaia (Acácia ap); Xivondzuana (Combretum sp); Galpinia (Galpinia transvaalica); Kukulo (Oleacampensis); Lhandza (Sideroxyloninerm); Muxaiambila; Ndznga (Dihrostachys cinerea); Nhamutane/bamutane (O lax dessitifolia); Nlhanhychane (Rhus sp); Ntsastane

(Acácia Karroo); Passamala (*Ziziphus mucronate*); Lhevenjovo (*Artabotrys brachypetalus*); Ximafana (*Ozoroa obovata*).

De realçar que a actividade de produção de carvão, só é permitida aos residentes de Goba, que têm machamba, casa e família em Goba e devem ter licença que é atribuída pelos SPFFB em coordenação com DDA. De modo a permitir a sustentabilidade a longo prazo do sistema de licenciamento, o plano de manejo previa que uma parte das taxas das licenças deveria reverter há favor da comunidade.

4.1.5 Espécies proibidas para fabrico de carvão em Goba

Em Goba, não podem ser usadas as seguintes árvores para se fazer carvão:

- Espécies que são fruteiras (macuacua, mafura, massala, canhu, philwa, chinei)
- Espécies com valor cultural tradicional (mpatacos)
- Espécies com valor medicinal (changulo)
- Aquelas espécies que aparecem pouco em a Goba (como por exemplo)

Micaia das maminhas	Fomosi	Munga
Chicutse	Fungura	Nconcia
Chimangana	Kua	Vovovo
Chimangana	Minerale	Xitsalala
Chinhambassaca	Mondza	Xicualanguati
Chitlangua	Mpamuane	Ntandazi
Chomgui	Mucipane	Salacolodja
Colochane	Mugandlaphu	Dungane

O plano de manejo define também um período de pousio da floresta de 10 anos, sem se voltar a cortar a mesma zona e o período de defeso da floresta de 1 de Dezembro à 31 de Março em que a exploração deve ser reduzida.

Os habitantes de Goba, afirmam não ter sido possível observar os aspectos previstos no plano, pois, a situação da seca, fome e falta de emprego, obrigou muitas vezes ao abate de todo o tipo árvores.

A instalação de um sistema de regadio na zona conforme o pedido da população, teria sido uma solução eficaz, para minorar a situação acima descrita, pois, iria permitir que esta se dedicasse mais a actividade agrícola, para o seu sustento, o que iria reduzir o abate de árvores, tornando a exploração florestal sustentável, o que não aconteceu.

4.1.6 A Floresta de Goba: Local de Culto e Fonte de Sobrevivência

A floresta de Goba, para além de ser utilizada como fonte de energia, local de obtenção de material de construção, produtos medicinais e frutos alimentares, é o local onde ocorrem actividades rituais.

Existem no interior da floresta locais sagrados (Mintimu), onde repousam os membros da linhagem real (família Mazie). Estes locais são espaços reservados unicamente à realização de cultos religiosos. Os cultos têm diversas finalidades nomeadamente pedir aos antepassados que haja chuva na época das sementeiras (Mamba ya mpfula), o que significa cerimónia das chuvas. Trata-se de um ritual organizado para pedir chuva aos antepassados na sequência de acentuadas secas que afectam a produção agrícola e pecuária¹³.

Segundo o régulo Mazie, a comunidade local alista a zanga dos espíritos dos antepassados ou a acção maléfica dos feiticeiros, como as principais causas da seca, sendo este tipo de problemas resolvidos, numa cerimónia dirigida pelo régulo, coadjuvado pelo conselho de anciãos e que conta com a presença dos curandeiros (Tinhyanga). Este tipo de ritual, é organizado com a finalidade de pedir chuva aos antepassados, pois, Goba tem conhecido secas cíclicas¹⁴.

Neste tipo de cerimónias, pede se também aos antepassados para que haja uma boa produção agrícola, para que a floresta tal e qual a deixaram, continue cheia de recursos de forma a que

¹³ Entrevista com o régulo, 16 de Agosto de 2005.

¹⁴ Idem.

as gerações vindouras possam também no futuro, usufruir destes. É neste tipo de concentração onde decorre também a cerimónia da época do “Canhú” (Mamba ya xikanhye)¹⁵.

Este parágrafo demonstra o conhecimento que a comunidade tem na necessidade da preservação da floresta. No entanto, devido à fraca interacção entre os vários intervenientes no projecto esse conhecimento não tem sido tomado em consideração o que contribui para uma gestão deficiente do projecto, não reflectindo, por isso, as aspirações da comunidade.

4.1.7 Uso do Conhecimento Local na Conservação da Floresta

O conhecimento local é o conhecimento que os povos, numa determinada comunidade desenvolvem ao longo dos tempos. Este tipo de conhecimento é baseado em experiências, adapta-se à cultura local e ao meio ambiente, está embutido nas práticas da comunidade, instituições, rituais, é contido por indivíduos ou comunidades, é dinâmico e variável (FAO, 2005).

As comunidades rurais na sua ligação secular com a natureza desenvolvem inestimável conhecimento de aproveitamento sustentável dos recursos naturais. “Caracterizadas pela ausência da escrita, as comunidades rurais recorrem aos contos, ritos, ou seja a alguns elementos da sua cultura, para a transmissão destes conhecimentos de geração em geração”, (Dava citado por Simbine, 2001).

Este tipo de conhecimento tem múltipla utilidade para as comunidades rurais pois, fornece estratégias de combate às pragas, rituais de pedido de chuva, mecanismos de criação de gado, uso e gestão dos recursos naturais, protecção e conservação de florestas, cursos de água e contribui dessa forma para o desenvolvimento comunitário e alívio à pobreza.

O conhecimento local do manejo dos recursos florestais, varia de lugar para lugar. Existem em muitas comunidades rurais regras e regulamentos tradicionais que governam a propriedade e acesso aos recursos. Estas regras criaram tabús ao longo dos tempos, que são usados como forma de manejo sustentável dos recursos florestais e de derimir conflitos.

¹⁵ Idem..

As restrições ao acesso dos recursos florestais é uma das formas, pela qual a comunidade pode decretar direitos de uso exclusivo sobre ela. No Zimbabwé p.e, existem áreas sagradas, onde a exploração só é efectuada em determinadas épocas do ano (FAO, 1986).

O reconhecimento destas áreas resulta da interação entre o espírito do legislador e as práticas locais, o que não acontece em Goba embora nesta localidade, algumas destas regras proibam o corte de determinadas árvores e colheita de certos frutos, como explica o régulo Mazie¹⁶, fruto da sua prática ancestral:

“ a tradição proíbe o abate do Canhueiro, Massala e Macuacua, para a produção de carvão ou lenha; não se pode comer os frutos destas árvores antes da cerimónia de inauguração (kupalha); não se pode trabalhar com a terra no dia do enterro de um membro da comunidade (pswa ila); a regra tradicional proíbe o plantio de árvores(reflorestamento), pois na tradição significa a morte da pessoa que plantou logo no início da frutificação, mas, com a introdução do projecto já temos uma zona reservada ao plantio de árvores. Aqui em Goba para além do Changulo que tem valor medicinal, as raízes, folhas e casca do Canhueiro, Chivondzwana e Cimbirre, são usadas para o tratamento de doenças como: dores abdominais, diarreias sanguinolentas, conjuntivite, desintéria, febre e malária.

No período anterior ao projecto, a autoridade máxima da zona era o régulo, cabia ao regulado a resolução de todo o tipo de conflitos e o maneio dos recursos era feito através de tabús. Dos entrevistados, maior parte, refere que as pessoas conhecem as regras tradicionais de maneio comunitário, mas devido a situação da fome e falta de emprego, muitos já não respeitam e são forçados a fazer o abate, mesmo das árvores consideradas sagradas. Outros são de opinião que, já não existe respeito pelas regras tradicionais, pois Goba recebeu muitos emigrantes nos últimos anos, e tem sofrido muita influência de hábitos citadinos, os actuais residentes desconhecem a tradição da zona¹⁷.

Apesar de se reconhecer a importância do conhecimento tradicional na conservação dos recursos florestais e não só, para que os projectos de MCRN, tenham sucesso, deve-se

¹⁶ Entrevista com o régulo, 16 de Agosto de 2005

¹⁷ Entrevista com os membros da comunidade, realizadas dias 24,25, 26 e 27 de Agosto.

procurar combinar este tipo de conhecimento com o conhecimento moderno baseado no uso de novas tecnologias na conservação do meio ambiente. A proibição de plantio de árvores para reflorestamento, pela tradição de Goba, reportada pelo régulo Mazie, mostra como este tipo de tabú, pode perigar o uso sustentável do recurso florestal, fazendo com que este recurso se esgote, em prejuízo do ecossistema e das futuras gerações. Mais uma vez a interação aqui seria desejável para pôr em diálogo o saber tecno-científico e o saber local complementando-se um ao outro com vista ao manejo sustentável dos recursos florestais.

4.1.8 O Projecto de Maneio Comunitário em Goba

O Projecto de Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia (Moçambique/FAO/Holanda) está sendo implantado desde Janeiro de 1998, através dos SPFFB, com o apoio técnico da FAO, suportando os custos da comunidade na organização para o controlo dos recursos naturais. O diagnóstico participativo (vide tabela em anexo) foi realizado em 1998 onde foram identificados diversos objectivos de desenvolvimento futuro e demais anseios da comunidade de Goba (Matakala & Mushove 2001).

No mesmo ano, foi criada a Comissão de Gestão de Recursos Naturais da região e realizado o inventário dos recursos florestais e faunísticos. Esta comissão é composta por 30 membros, sendo 10 representantes para cada um dos bairros (três bairros). De entre os 30 membros, foram escolhidos 10 que formam o Comité de Gestão em representação da comunidade, tendo sido privilegiado o equilíbrio de género. O Comité de Gestão é o órgão executivo e de representação da Comunidade (Pereira, 2001).

O Comité Local "Goba Ntava Yedzu", foi reconhecido pelo Governo como pessoa jurídica colectiva em Janeiro de 2001, de acordo com o disposto no artigo 5 da Lei n. 8/91, tendo por outro lado obtido a certidão de posse da terra (cerca de 9000ha). SPGC, Certidão n. 16/DPAPM/16/SPGC/2795/2000 (in Matakala e Mushove, 2001). O Comité tem por objectivos supervisionar as actividades de exploração florestal e em coordenação com os SPFFB emitir licenças para a produção de carvão e corte de lenha, fazer apreensões e aplicar multas em casos de transgressão dos objectivos traçados pelo Plano de Maneio Comunitário.

A formalização do *Ntava Yezdo* como Associação confere-lhe poder para estabelecimento de parcerias com o sector privado e até formar alianças com organismos internacionais.

A comunidade de Goba efectuou o zoneamento da área sob gestão comunitária para melhor poder gerir os seus recursos naturais tendo identificado as seguintes principais zonas : zona residencial; zona de produção agrícola; zona de pasto; zona de produção de carvão; zona de fauna bravia; zona de recreação e eco-turismo; e zona de plantações florestais.

Para o desenvolvimento das diversas actividades dentro do projecto e para que algumas pessoas se retirassem da actividade de corte de madeira, foram organizados diversos grupos de interesse, nomeadamente: carvoeiros, apicultores, carpintaria, corte e costura, teatro, latoaria, criação de galinhas do mato. Numa primeira fase, o projecto financiou os grupos de interesse, para o arranque das actividades e decidiu que estes grupos, deveriam reembolsar ao projecto, os montantes recebidos, de forma a poder-se apoiar outros membros da comunidade. No início os grupos trabalharam, mas não conseguiram reembolsar os valores ao projecto, tendo mais tarde se desintegrado, conforme explica Gilda Mumguambe, vice-presidente do Comité de Gestão¹⁸.

“ as actividades dos grupos de interesse não geraram rendimentos, devido a dificuldades para colocar os seus produtos no mercado. Por exemplo, os produtos de corte e costura ninguém os comprava porque, as pessoas preferem comprar roupa usada, que lhes sai mais barata. Quanto à produção de mel, não teve sucessos devido ao problema da seca prolongada o que fez com que não houvesse muitas flores para as abelhas produzirem o mel, e devido as cobras que comiam o pouco mel que se produzia. Já os produtos da latoaria, não eram comprados porque as pessoas preferiam bacias plásticas, por serem mais baratas”.

No entanto, para além do problema da falta de mercado, outras causas são apontadas pela comunidade de Goba, como sendo factores de desintegração destes grupos de interesse. Parte significativa dos entrevistados, referem o problema de falta de compradores dos seus produtos como causa principal. Enquanto que, parte dos entrevistados indicam outras causas, tais como: má gestão dos fundos devido a falta de formação dos integrantes dos grupos de

¹⁸ Entrevista com o vice-presidente do Comité de Gestão, 20 de Agosto de 2005

interesse, falta de acompanhamento e aconselhamento desde a retirada da FAO e desvio de aplicação dos fundos.

4.1.9 Organização Comunitária e Mecanismos de Interação Social dos Diferentes

Intervenientes na Gestão dos Recursos Florestais em Goba.

A forma como a comunidade local se organiza para gerir os recursos comunitários cria limitações e oportunidades importantes para o maneio dos recursos naturais (Matakala e Mushove, 2001). A localidade de Goba apresenta três formas de organização: Autoridade Oficial, Autoridade Tradicional e Comité de Gestão.

A Autoridade Oficial em Goba é composta pelo secretário do partido Frelimo e o presidente do Conselho Executivo na Localidade, seguido da Assembleia da Localidade, Secretários dos Bairros (3) que são os chefes do Grupo Dinamizador (GD) coadjuvado por chefes dos quarteirões ou de 10 famílias pertencentes à comunidade. Esta tem a função de controlar todas as actividades da população ao nível da localidade. A autoridade oficial exerce uma certa influência e um domínio sobre a autoridade tradicional, nos casos de conflitos ou crimes mais complexos a resolução cabe às autoridades oficiais que possuem um sistema judicial repressivo com mais amplos poderes.

A autoridade tradicional de Goba perdeu o seu papel activo, o que é mostrado, pelo papel desempenhado pelo régulo actualmente no seio da comunidade, onde poucas vezes é consultado pela estrutura no poder ou participando com um papel passivo nas reuniões e encontros de deliberação do Plano de Maneio, etc.

Feliciano Vilanculos afirma que:

“ultimamente verifica-se uma usurpação dos poderes do régulo pela autoridade governamental local, o régulo é solicitado apenas para resolver problemas de “feitiço” e na abertura da época do “canhu”¹⁹.

¹⁹ Feliciano Vilanculos, 20 de Agosto de 2005

Parte significativa dos entrevistados, é de opinião de que o régulo tem apenas um poder simbólico, pois já não é solicitado para intervir como era dantes, apenas actua em cerimónias religiosas, pedidos de chuva aos antepassados e na resolução de alguns conflitos conjugais, enquanto que outros, referem que o régulo mantém os seus poderes pois é membro honorário do Conselho de Gestão, onde transmite a sua acumulada experiência na resolução de conflitos.

A Associação Goba *Ntava Yedzu*, é o representante legítimo da Comunidade, e tem personalidade jurídica, conforme está definido nos seus estatutos. São órgãos da Associação, a Assembleia Geral; o Conselho de Gestão e o Conselho Fiscal. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e sete vogais, sendo o régulo membro honorário. O Conselho de Gestão é composto por 10 membros efectivos e de igual número de suplentes, dos quais fazem parte os membros da Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é constituído por um presidente e 2 vogais eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros do Comité de Gestão (10 pessoas) reúnem-se de 15 em 15 dias, acontecendo o mesmo com os membros do grupo 30 (10 pessoas de cada bairro). Ultimamente, a Associação reúne com a comunidade de seis em seis meses, ou uma vez por ano, para transmitir o desenvolvimento das suas actividades e auscultar as preocupações desta. Os estatutos da Associação indicam que estas reuniões deveriam se realizar de três em três meses. Constatase que, a participação da comunidade na gestão dos recursos naturais, ultimamente é fraca. Esta, acusa os membros da Associação de não transmitir com regularidade sobre as decisões que têm sido tomadas, nas reuniões com o Conselho Executivo e os parceiros privados, sobre os diversos problemas que têm surgido, na zona do manejo comunitário. Esta situação tem deixado a comunidade totalmente desmotivada. Como se pode deprender, em Goba, a interacção entre a autoridade local (Conselho Executivo, Associação e Autoridade Tradicional) e a Comunidade para a tomada de decisões importantes e resolução de conflitos, revela-se fraca. Portanto, a participação é passiva, isto é, a tomada de decisões é de tipo vertical (*top down*) e não de do género de baixo para cima (*botton-up approach*), como é recomendável em projectos comunitários.

4.1.10 Eficácia do Plano de MCRN em Goba

O Plano de Maneio, é um documento técnico no qual constam as actividades e as medidas técnicas a serem implementadas pelos vários intervenientes na conservação, gestão e utilização dos recursos florestais e faunísticos. O mesmo, procura responder às aspirações da comunidade que pretendia que fossem introduzidas regras de maneio dos recursos naturais, na zona de Goba.²¹

Aquele documento previa a formação do Comité de Gestão, agentes de conservação comunitária e grupos de interesse como agentes de implementação do projecto, de MCRN, o que provocou um grande impacto na comunidade de Goba²². No entanto, a actividade dos grupos de interesse, não foi sustentável, tendo os grupos se desintegrado, principalmente devido a má gestão dos fundos. Esta situação fez com que, os indivíduos da comunidade que estavam integrados nos diversos grupos de interesse, voltassem a dedicar-se ao abate de árvores para a produção de carvão, como forma de subsistência. Francisco Rungo²³, explica que:

O projecto não conseguiu travar a desmatção devido à fome e falta de emprego aqui em Goba. Por exemplo, na altura da construção da estrada de Goba, com vista a reabertura da fronteira, o abate de árvores reduziu bastante, porque muitos de nós estávamos empregados, na construção da estrada. Terminadas as obras, voltamos a cair no desemprego e como forma de subsistência das nossas famílias, abatemos árvores para a produção de carvão. A partir dessa altura, a quota inicialmente prevista de 3000 sacos por mes, deixou de ser respeitada. Estima-se que cerca de 6000 a 7000 sacos de carvão eram produzidos por mes, em Goba, na totalidade das famílias.

Todos os entrevistados são unânimes em afirmar que nenhum dos anseios apresentados pela comunidade (ver Tabela 1 em anexo) para o desenvolvimento dos três Bairros da Vila de Goba, aquando do diagnóstico participativo, foi realizado.²⁴

²¹ Entrevista com a coordenadora do projecto, 17 de Agosto de 2005

²² Idem.

²⁴ Entrevista com membros da comunidade de Goba e elementos do comité de gestão, dias 24 à 27.

A comunidade de Goba deseja uma revisão do Plano de Maneio Comunitário actual, pois considera que os limites do zoneamento não estão bem definidos, uma vez que não existem marcos a delimitar as zonas, os limites têm sido imaginários. A área comunitária na responsabilidade da Associação Goba *Ntava Yedzu* representante da comunidade e detentora de uma certidão de posse da terra, atribuída pelo Governo, tem tido interferências por parte do Conselho Executivo local, que atribui terrenos para fins residenciais em zonas destinadas a outras actividades. A área de pastagem (Mahume) que se encontra no Plano de Maneio sob a jurisdição da Associação, tem vindo a ser parcelada e atribuída pela administração local, para outros fins. O mesmo sucede na zona da fronteira numa área que está incluída no Plano de Maneio, o Conselho Executivo tem estado a atribuir talhões para residências. As novas demarcações na zona de Mahume e Fronteira, foram feitas sem o consentimento da Associação. Isso tem originado conflitos entre a Associação, que é o legítimo representante da Comunidade, e o Conselho Executivo local que considera a mesma zona como de sua jurisdição. Moséis Manhiça²⁵ afirma que:

O Plano de Maneio tem imprecisões, pois, a área destinada a urbanização encontra-se dentro da área comunitária, fomentando o desentendimento com a Associação Ntava Yedzo.

Em Goba, não houve participação interactiva entre as duas principais autoridades, o que dificultou a resolução de conflitos. É frequente que o presidente do Conselho Executivo, quando convocado pela Associação para responder aos problemas de atribuição indevida de terrenos, não compareça e nem se faz representar²⁶.

4.1.11 Implementação do Projecto de MCRN em Goba

O Projecto de Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia em Goba surgiu como proposta do Governo devido a:

- fraca capacidade do Estado para fazer a gestão dos recursos;
- exploração descontrolada de florestas e fauna bravia;
- pouca experiência, por parte dos técnicos do sector, em gestão participativa.

²⁵ Moséis Manhiça, Presidente do Conselho Executivo, entrevistado no dia 18 de Agosto de 2005.

²⁶ Entrevista com Filiciano Vilanculos, coordenador da Associação, 18 de Agosto de 2005

Os principais recursos que justificaram o projecto são:

- protecção da microbacia dos Libombos;
- Protecção do rio Umbeluzi;
- Protecção de algumas espécies florestais e faunísticas em vias de extinção na zona;
- Protecção de espécies endémicas como o *Encefalartus umbeluzensis*.

As actividades de maneio comunitário eram coordenadas a pelo menos dois níveis. Ao nível provincial pelos SPFFB (onde o extensionista dea DPA, desempenha papel preponderante no acompanhamento do MCRN). Ao nível local, o comité de gestão e os grupos de interesse nas áreas de acção do projecto.

O projecto de maneio comunitário de Goba, não fugiu à regra no que se refere aos problemas que tipicamente se verificam na implementação de projectos desta natureza. Os programas de desenvolvimento que foram financiados por parceiros privados ou ONG's, que firmaram acordos com a Associação *Ntava Yezdu*, desiludiram a comunidade, pois, nenhum decorreu da forma inicialmente prevista.

No âmbito da parceria com *Ntava Yezdu*, uma ONG que desenvolve actividades na área de eco-turismo, submeteu um projecto que foi aprovado pela Associação e solicitou financiamento em nome desta, para financiar a construção da sede da Associação, e um hotel na zona reservada ao eco-turismo. De acordo com os membros da Associação, a construção da sede que, já está em uso, não está completa, faltando ainda a conclusão de alguns compartimentos previstos na planta. As obras da construção do hotel estão também paradas e os trabalhadores não recebem os seus salários há mais de três meses²⁷.

Por outro lado, a mesma ONG, promoveu cursos de Inglês e Hotelaria para alguns membros da comunidade, mas que não chegaram até ao fim, por corte de financiamento. Tal obrigou a que os cursantes parassem com a formação sem obter nenhum certificado (diploma), condição necessária para a obtenção de emprego.

Por estes motivos, os membros do Comité de Gestão gostariam que a gerência dos fundos fosse conjunta, mas a ONG, é a única responsável pelos fundos e não apresenta nenhum

²⁷ Entrevista com Filiciano Vilanculos coordenador da Associação, 18 de Agosto de 2005.

relatório comprovativo da sua utilização. Por outro lado, gostariam de receber uma formação em matéria jurídica para poderem interpretar melhor a legislação. Gostariam também de beneficiar de formação em gestão de negócios, de forma a poderem estar à altura de negociar melhor com os demais intervenientes no projecto.

Existe também um conflito com um parceiro privado, proprietário da fábrica de produção de água mineral em Goba, que havia prometido construir salas de aulas, apetrechá-las e dar emprego a uma boa parte da comunidade se a Associação concedesse um espaço para se implantar a referida fábrica. Entretanto nada disso aconteceu e a comunidade considera que não tem tido nenhum benefício por parte deste parceiro privado. Por conseguinte, a falta de emprego tem forçado os membros da comunidade, a dedicarem-se ao abate de árvores para a produção de carvão como forma de subsistência das suas famílias²⁸.

A retirada da FAO, é apontada pelos membros dos grupos de interesse e pelo Comité de Gestão de Goba, como um dos factores que originou as falhas verificadas na implementação do Projecto, pois, as diversas actividades deixaram de ter apoio financeiro e aconselhamento²⁹. O régulo Mazie afirma a propósito que:

A FAO retirou-se cedo, antes que a comunidade adquirisse a necessária maturidade, em projectos desta natureza.

Os Fiscais da Floresta, consideram haver falhas na implementação do projecto, na medida em que verifica-se uma violação do que está previsto na Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei 10/99). A Lei no artigo No 112, (Comparticipação), no seu ponto No 1, refere que: 50% por cento dos valores provenientes das multas por transgressão à legislação florestal e faunística, destinam-se aos Fiscais de Florestas e Fauna Bravia e aos agentes comunitários, que tiverem participado no levantamento do processo de transgressão respectivo, bem como as comunidades locais ou a qualquer cidadão que tiver denunciado.

No seu artigo No 113, a Lei, refere que os fiscais de florestas e fauna bravia e os fiscais ajuramentados, beneficiam de subsídio de risco, correspondente a 20% do seu salário base.

²⁸ Idem

²⁹ Entrevista com membros dos diversos grupos de interesse, dias 24 à 27.

Os 6 fiscais comunitários que patrulham cerca de 10.000h de floresta de Goba, afirmam que quando prendem infractores, não tem havido retorno destas percentagens em seu benefício ou da comunidade conforme a Lei prevê.

4.2 Discussão dos Resultados

Das entrevistas efectuadas e observações feitas no terreno, salienta-se a vontade da comunidade de Goba, em ver melhorada a interacção entre as duas maiores autoridades de Goba, a Associação *Ntava Yezdu* e o Conselho Executivo e entre estas com a Comunidade, de forma a se encontrar melhor solução para os problemas que afectam o bom andamento do projecto. A Associação *Goba Ntava Yedzu*, é reconhecida como, representante legítima da comunidade de Goba e goza de uma aceitação perante esta, mas, em contrapartida, tem baixos níveis de autoridade e poder, comparada com o poder oficial. Mushove (2001), considera que situações desta natureza, são um indicativo bastante alto da relutância por parte das estruturas governamentais locais para devolverem genuinamente o poder e autoridade na sua área de jurisdição.

Para que se resolvam efectivamente os conflitos é necessário criar um ambiente que permita a negociação de todas as partes em pé de igualdade. Matakala e Mushove, (2001).

As comunidades necessitam de autoridade para a tomada de decisões. A Associação *Goba Ntava Yedzu* ao conseguir a jurisdição legislativa e também a autoridade legislativa adquiriu poderes plenários para planificar, decidir, implementar planos e acumular benefícios, mas devido à disputa pelo poder esta tem encontrado vários obstáculos.

Matakala e Mushove (2001), afirmam que, a posse comunitária de um recurso não implica que haverá automaticamente um controle comunitário efectivo do recurso. Este controle requer a capacidade de excluir pessoas que não pertencem ao grupo comunitário, bem como a capacidade para controlar o comportamento dos membros da própria comunidade.

A comunidade de Goba, acusa o Conselho Executivo local de não articular devidamente com a Associação *Ntava Yedzu* na atribuição de terrenos para a construção, havendo situações em

que, terrenos são atribuídos em zonas destinadas a outras actividades de maneio comunitário, como é o caso da zona destinada a pastagem. Esta autoridade governamental, é também acusada de não contribuir para a resolução deste conflito, pautando pela ausência nas reuniões destinadas a sua resolução.

Nhantumbo (2001), refere que as instituições locais envolvidas nos projectos de MCRN, devem caracterizar-se por maior equilíbrio, coesão interna e concertação na tomada de decisão sobre o uso e maneio dos recursos, pois, elas são o factor determinante na adopção e sustentabilidade do maneio comunitário. De contrário estará em questão a interacção com vista ao consenso.

Quanto aos tipos de participação comunitária, no projecto de MCRN em Goba, foram identificados os seguintes:

1. Participação por consulta, através da realização do diagnóstico participativo, na fase inicial do projecto de MCRN em Goba.
2. Participação de tipo funcional, através da formação dos diferentes grupos de interesse no projecto de Goba, que depois se desintegraram, sem terem logrado os seus objectivos.
3. Participação Passiva, por ter havido desmotivação da Comunidade de Goba, pelo seu não envolvimento na tomada de decisão em relação aos problemas locais.

No nosso entender, o projecto deveria ter privilegiado e combinado a participação por consulta e participação funcional, com os seguintes tipos de participação comunitária: participação por iniciativa, participação por incentivos materiais e participação interactiva, tidas como de crucial importância para o sucesso de projectos desta natureza e que devem acompanhar todas as fases da implementação do projecto.

4.2.1 Constrangimentos no Maneio Comunitários de Recursos Naturais em Goba

O MCRN em Moçambique apresenta diversos conflitos. O maior conflito que se verifica é a insegurança na posse da terra, constituindo este o maior constrangimento ou ameaça ao

desenvolvimento do MCRN (Matakala e Mushove, 2001). A Certidão de Uso e Aproveitamento da Terra concedida à comunidade de Goba é um instrumento bastante importante para o sucesso do MCRN, proporcionando à Associação o estabelecimento de parcerias que normalmente deveriam trazer benefícios à comunidade. Embora as parcerias sejam estabelecidas, elas carecem depois de uma participação interactiva, envolvendo todos intervenientes no projecto, na busca de soluções para os problemas.

A indefinição do processo distributivo dos benefícios pelos membros da comunidade, aliado a expectativa mais realista de baixo retorno global do MCRN, contribui para o fraco empenho actual da comunidade no projecto. A comunidade local encontra-se numa fase de acentuado descontentamento tendo em conta os fracos benefícios económicos que o projecto trouxe. No dizer de Matakala & Mushove(2001), "As comunidades locais só participarão no MCRN quando elas estiverem convencidas que a razão benefício/custo do MCRN será maior que a razão antes da introdução do programa de MCRN". Não foi o que aconteceu em Goba.

Os mecanismos de interacção actualmente observáveis no MCRN em Goba, não garantem a circulação da informação, de forma a se fortalecer a consciência de todos os intervenientes sobre os problemas que afectam o projecto.

Segundo Nhantumbo & Mabunda, (2000), a informação constitui um dos instrumentos cruciais para a manifestação do poder das comunidades. Se estas forem bem informadas terão maior capacidade de seleccionar as melhores alternativas participando, assim, activamente na tomada de decisões sobre o uso e manejo dos recursos naturais.

Estes autores, consideram que a propalada descentralização³⁰ na gestão dos recursos naturais, deve pôr as autoridades locais, instituições tradicionais e comunidades no centro da responsabilidade de forma a elevar o seu conhecimento como importantes gestores dos recursos naturais.

Para que os projectos de MCRN, se tornem sustentáveis é necessário que se conjuguem as quatro categorias importantes: (1) financeiro (apoio logístico); (2) fiscalização pelos membros

³⁰ Descentralização – processo pelo qual, pelo menos, parte das tarefas e privilégios dos Estados (a nível central) é transferida às instituições locais. Inclui devolução, liberalização e "empowerment territorial" (Nhantumbo & Mabunda, 2000).

da comunidade; (3) devolução do poder e da autoridade as comunidades locais e (4) existência de um ambiente legal e institucional favorável às comunidades.

O estudo constatou que a fraca participação deveu-se à falta de diálogo entre os vários intervenientes na implementação do projecto. O diálogo é um elemento fundamental para o processo de organização e através dele os principais objectivos do projecto tornam-se mais difundidos e melhor compreendidos por todos os intervenientes.

CAPÍTULO V -CONCLUSÃO

O estudo mostra que, nos últimos três anos de implementação do projecto de MCRN em Goba, houve uma participação passiva da comunidade, o que originou uma correlação negativa do ponto de vista da interacção entre os diferentes intervenientes na resolução dos conflitos e na tomada de decisões importantes. Por outro lado, o projecto não foi consequente por ter adoptado e privilegiado apenas dois tipos de participação comunitária: participação por consulta e participação funcional. Assim, tipicamente não houve participação por iniciativa, participação por incentivos materiais e participação interactiva dos diferentes intervenientes, tidas como essenciais para projectos de Maneio Comunitário, uma vez que permitem que a comunidade participe na resolução de problemas ou conflitos identificados ao longo do processo de implementação do projecto. O contínuo problema da atribuição de terrenos para construção, pelo Conselho Executivo local em zonas destinadas a outras actividades de manejo comunitário, contra a vontade da Associação *Goba Ntva Yezdu e da Comunidade*; a recusa de diálogo pela parte da ONG (Associação para o Desenvolvimento das Áreas Protegidas) com a primeira, com vista a solucionar os problemas criados por aquela ONG, são evidências empíricas que, no nosso entender, revelam a ausência de uma interacção entre os diferentes intervenientes, com vista ao sucesso do MCRN.

Os sucessos resultantes da organização comunitária, formação dos grupos de interesse, o Plano de Maneio, licenciamento dos exploradores florestais, a organização dos fiscais de floresta, capacitação dos grupos de interesse, não foram suficientes para alterar o nível de dependência. O projecto organizou a comunidade, dotou-a de instrumentos legais, mas não fez o devido acompanhamento que permitisse que esta pudesse sozinha dar continuidade às actividades, de forma sustentável. O contínuo desemprego e a necessidade de subsistência das populações, fez com que o projecto não conseguisse parar com o desflorestamento da zona, apesar de ter-se verificado uma redução do mesmo, nos primeiros dois anos da sua implementação.

O Projecto de Maneio Comunitário encontra-se numa fase de estagnação, pois os grupos de interesse se desintegraram. A Associação *Ntava Yezdu* funciona deficientemente e a comunidade encontra-se bastante desmotivada e desgastada por não se verificarem benefícios económicos e sociais significativos.

Embora exista um quadro legal (Lei da terra, Lei de florestas e fauna bravia e Lei do ambiente) atribuindo direitos à comunidade, a realidade mostra que é necessário harmonizar as leis, e criar condições para a sua aplicação no terreno de forma que a comunidade possa controlar os seus recursos. Para que haja sucessos em projectos desta natureza, é necessário que haja uma maior interacção entre o capital humano, o capital social, as instituições locais e a comunidade. Volvidos cinco anos de implementação do projecto em Goba, a comunidade representada pela Associação *Ntava Yezdu*, não está em condições de liderar o processo de desenvolvimento desta zona e sente-se abandonada pelos promotores do projecto.

Perante os factos e as conclusões da nossa pesquisa, as hipóteses por nós levantadas foram comprovadas. Isto é, o projecto de Maneio Comunitário de Recursos Naturais em Goba não reflectiu as reais aspirações da comunidade e nem alcançou os objectivos preconizados aquando da sua adopção. A sua implementação não garantiu a exploração sustentável dos recursos florestais em resultado da pouca interacção entre os intervenientes.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAMSSON, H. & NILSSON A, 1994: Moçambique em Transição, 1ª Edição, Editora CEGRAF, Maputo.
- CUCO. A & NHANTUMBO. I, 2001: Organizações Comunitárias: O papel dos Conselhos de Gestão, Autoridades Tradicionais, Comitês e outras Instituições Locais na Gestão dos Recursos Naturais, 2001. In Memórias da 2ª Conferência Nacional sob MCRN. Maputo.
- DUARTE. L. G. 1999: Manejo Comunitário dos Recursos Naturais. Solução para os Problemas de Gestão do Espaço na Localidade de Goba? Tese de Licenciatura/ Não Publicada. UEM/Faculdade de Letras. Maputo.
- FAO, 2005: Building on Gender, Agrobiodiversity and Local Knowledge. “ A Training Manual”. DDS, United Nations.
- FENZI. N, 1998: O Conceito de Desenvolvimento Sustentável em Sistemas Abertos, UFPA, Belém.
- FERNANDES. F, 1970: Elementos da Sociologia Teórica, 2ª Série, Volume 38, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- FERNANDES, A. J, 1995: Introdução à Ciência Política, Porto Editora, Porto.
- FERREIA, J, M, Carvalho, et. all. 1995: Sociologia, Editora MCGRAW – HILL, Lisboa, Portugal.
- FILIMÃO. E, 1998. O Significado do Carvão nas Estratégias de Sobrevivência e de Rendimento. O Caso de Goba, in Memórias da 1ª Conferência Nacional sobre o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo
- FILIMÃO. E, 2000: MAHELE: Entre partir para as Minas da Africa do Sul e ficar para o Manejo Comunitário, Relatório Sócio Económico, Maputo.
- FILIMÃO. E e GTSEP, 2000: Guia Prático para Sistematização de Experiências e Processos de MCRN. Maputo.
- GIDDENS, A, 2000: Sociologia, 3ª Edição, Editora Fundação Calouste Gulbenkin, Lisboa.
- GIL, A.C., 1994: Métodos e Técnicas de pesquisa social. 4ª Edição, São Paulo, Atlas Editora SA.
- Griesgraber Jo & Gunter Pernhard, 1996: The World Bank: Lending on a Global Scale, Volume III, Editora Pluto Pres, London & Chicago

- INE, 1999: Recenseamento Geral da População e Habitação – Resultados Definitivos: Província de Maputo;
- KLIKSBURG, B., 1997: O Desafio da Exclusão para Gestão Eficiente Social, Edição Fundap, São Paulo.
- Lei de Terra (Lei 19/97).
- LUIS, Artur, 2001: ONG's e a Participação Comunitária em Moçambique, O caso da ONG, Save the Children (UK) em Mocha. Editora: FAEF – UEM, Maputo.
- KUMAGWELO, G., 2000: Strengths and Weaknesses of Local Institutions for Natural Resources Management: “The case of Goba”, Maputo.
- MACAMO, Elísio, et. all; 2004: O Sabor que nos faz – Uma Introdução à Sociologia Africana. UEM/Maputo
- MADER, 1999: Memórias do Encontro Nacional dos pontos focais para Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia. Maputo
- MADER, 2000: Plano de Maneio Comunitário dos Recursos Florestais e Faunísticos de Goba. Vol. 4. Maputo
- MATAKALA, P., 1998a: “Guião para trabalhadores de campo e investigadores em maneio florestal comunitário”. Nota técnica nº1. UEM/FAEF, Maputo
- MATAKALA, P., 1998b: Participação Pública, Análise de Género e Resolução de Conflitos na Gestão dos Recursos Naturais in Memórias da 1ª Conferência sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo
- MATAKALA W. P. & MUSHOVE T. P., 2001: Arranjos Institucionais para o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN): Perfis e Análises de 42 Iniciativas de MCRN em Moçambique. Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, Maputo
- MATAKALA, P., 2001: Cursos sobre Métodos Qualitativos de Investigação em Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. CEF, Maputo.
- MUCANHEIA & MEIGOS, 2002: Diagnóstico sobre as Necessidades de Capacitação Institucional da Administração Distrital para a Planificação e Finanças Descentralizadas. Versa II. Maputo.
- MURPHREE, M., 1995: On the road to Tchuma Tchato. An analysis of the planning and implementations of the community based natural resource management programme in Magoe distrit, Tete province, Mozambique. IUCN/DNFFB. Maputo.

- MUNISSE. P, 1991: O efeito do desflorestamento pelo método do corte e queimada no solo da floresta primária da ilha de Inhaca-Moçambique. Tese de Licenciatura, Não publicada. UEM/Departamento de Biologia. Maputo.
- MUSHOVE. P, 1999. Métodos Participativos para Avaliação de Recursos Florestais e Faunísticos. FAO. Nampula.
- Messer & Townsley, 2003: Local Institutions and Livelihoods Guidelines for Analysis, FAO, Roma.
- Moisés Altino, 2003: Desenvolvimento e Comunidades: Interação e Conflitos num projecto para a gestão comunitária de recursos naturais. O caso de Goba. Tese de Licenciatura em Antropologia, Não publicada. Faculdade de Letras e Ciências Sociais/UEM.
- Nahe. L. B at all, 2004: O Género, a Biodiversidade e o Conhecimento Local no Sistema de Segurança Alimentar. “Quadro Legal”, (UEM & FAO) Maputo.
- NHANTUMBO. I, 2004: Manejo Comunitário em Moçambique. Evolução e Desafios para o Futuro. In 3ª Conferência de Manejo Comunitário. Não Publicado. Maputo.
- NHANTUMBO. I, 2001: Comunidades e Manejo Comunitário de Recursos Naturais. In Memórias da 2ª Conferência Nacional Sobre Manejo Comunitário de Recursos Naturais, Maputo.
- NHANTUMBO & MABUNDA, 2000: O desafio do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais, Edição nº1, Editora FTTP-Moçambique.
- PEREIRA, R. C, 2000: Plano de manejo dos recursos florestais de Goba, Volume 3, DNFFB, Maputo.
- Pinto, S, 1998: O Papel das ONG's no desenvolvimento de Moçambique. Estudo de caso em Províncias seleccionadas, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pretty, 1994: Alternative system of inquiry for sustainable agriculture, London.
- Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, 2000: Plano de Manejo Comunitário dos Recursos Florestais e Faunísticos de Goba, Volume 4 – Versão Simplificada, Maputo.
- SPFFB, 1998: Inventário Florestal e Reconhecimento Faunístico de Goba. Maputo
- SPFFB, 2000: Relatório do Seminário sobre o MCRN na Província de MAPUTO, Maputo
- TURNER. J. H, 1999: Sociologia, Conceitos e Aplicações, Editora Makon Books, São Paulo.

- Valá C.Salim, 1998: Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural, Texto de Apoio, 1ª parte, Maputo.
- ZAQUEU. A, 1998: População e Conservação no Parque Nacional da Gorongosa, Tese de Licenciatura/Não Publicada. UEM/Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Maputo.

*A*nexos

ANEXO 1

Tabela 2: Tipo de Vegetação

Tipos de Vegetação	Superfície
Agricultura e Pasto (A)	4.935,58
Floresta Baixa (LF 3)	182,7
Matagal (T)	350,79
Pradaria Arborizada (wg)	4.067,6
Povoamento de Cimirre	407,66
Total	9.944,33

Fonte: INIA e DPAP (1998) in Pereira (2000)

ANEXO 2

Tabela 3: Zonas de Maneio de Goba

Zona de Maneio	Área (ha)	%
Zona de protecção total		
Fontes	407	4.1
Manchas de Cimbirre		
Zona de fauna	1212	12.2
Zona de protecção parcial	2343	23.5
Encostas		
Zona de produção intensiva	1117	11.2
Zonas de produção esporádica	4817	49.0
Total	9950	100

Fonte: Departamento de terras - INIA

Tabela 4: Objectivos de desenvolvimento dos diferentes bairros de Goba

Prioridade	Mandhimbe	Bairro I	Bairro II	Bairro III
1	Licenciamento da actividade de exploração de carvão	Infra-estruturas	Empresas	Associações comunitárias
2	Transp. Público	Fomento pecuário	Fomento pecuário	Plantações de fruteiras
3	Infra-estruturas	Casas melhoradas	Infra-estruturas	Transporte público
4	Mercado e cantina	Crédito bancário	Alfabetização	Infra-estrutura
5	Estrada melhorada	Barco	Licenciamento da actividade de exploração florestal	Machambas melhoradas
6	Associações	Melhoramento das machambas e comercialização	Machambas melhoradas	
7	Plantações	Água canalizada	Associação	
8	Eco-turismo	Licenciamento	Reflorestamento	
9	Pesca	Arborização	Títulos de propriedade	
10		Associações	Eco-turismo	

- Sem ordem de prioridade
- Fonte: Plano de MCRN de Goba

GUIÃO 1

Entrevista a Informantes Chaves

A. Identificação

1. Local _____
2. Data ____ / ____ / ____
3. Nome _____, Sexo _____
4. Instituição que representa _____
5. Posição que ocupa _____
6. Tempo de permanência no local _____

B. Organização Comunitária e Projecto de MCRN

7. Quais as formas de organização introduzidas pelo projecto de Maneio Comunitário?
8. A estratégia de formação do Comité de Gestão que benefícios trouxe?
9. Quais é que tem sido os mecanismos de interacção entre a Autoridade local e comunidade?
10. Qual é a periodicidade de reuniões entre a Autoridade local e a comunidade?
11. Quem é que controla o abate de árvores para a fabricação de carvão?
12. A comunidade e os fiscais de floresta tem algum benefício pela apreensão de infractores?
13. Quais foram as causas do fracasso dos grupos de interesse?
14. Qual é o conhecimento que a comunidade tem da Certidão da Terra e que benefícios vos trás.
15. Como é que o projecto incentivou a participação da comunidade?
16. Como é que o comité de Gestão transmite as decisões comunidade?
17. Qual tem sido a contribuição do Conhecimento Local, na gestão sustentável da floresta?
18. A população respeita as regras tradicionais?
19. O projecto conseguiu travar o abate descontrolado de árvores?
20. Quais são os potenciais conflitos que se observam na gestão dos recursos naturais?
21. Quando iniciaram? E quais tem sido os mecanismos para a sua solução?
22. Que avaliação faz da implementação do projecto?

GUIÃO 2

Entrevista a Coordenação do Projecto e DNFFB

A. Identificação

1. Local _____
2. Data ____ / ____ / ____
3. Nome _____, Sexo _____
4. Instituição que representa _____
5. Posição que ocupa _____
6. Tempo de permanência no local _____

B. Organização Comunitária e Projecto de MCRN

7. Quais são os objectivos do projecto?
8. Quais foram as formas de organização introduzidas pelo Projecto de Maneio Comunitário?
9. Quais são os papéis dos diversos órgãos envolvidos no MCRN?
10. A estratégia da formação do Comité de Gestão trouxe benefícios? Quais?
11. Qual foi o impacto das actividades realizadas pelo projecto?
12. Quais foram as causas do fracasso dos grupos de interesse?
13. Como é que o projecto incentivou a participação Comunitária?
14. Como foi feita a valorização do conhecimento local na gestão sustentável do recurso florestal?
15. Como é que foi feita a passagem do projecto a comunidade?
16. Quais tem sido os mecanismos de interacção entre os diferentes intervenientes no projecto?
17. Quais são as formas de monitoria e avaliação das actividades do projecto?
18. Quais são os conflitos resultantes da gestão dos recursos florestais?
19. Quais é que tem sido os mecanismos de resolução desses conflitos?
20. O projecto conseguiu travar o abate descontrolado de árvores?
21. Como é que tem sido a aplicação da Lei de Floresta no projecto?
22. Quais é que tem sido os benefícios da comunidade envolvida no projecto?
23. Quais é que tem sido os mecanismos de retorno das percentagens destinadas as comunidades e fiscais de floresta?
24. Que avaliação faz da implementação do projecto?

MAPA 2: MAPA DO ZONEAMENTO FLORESTAL DE GOBA

